



## A economia internacional e o Brasil. A crise financeira e seus (possíveis) impactos

**Luiz Carlos Bresser-Pereira**

“O Brasil não precisa do capital externo. O capital se faz em casa”

**Fernando Ferrari**

Um *International Market Maker* capaz de regular os mercados financeiros

**Gigi Roggero**

Crise financeira. Por que não defender o uso multitudinário do default?

E mais:

>> **Wilson Engelmann**

Nanotecnologias, o cuidado com o ser humano e o meio ambiente

>> **Castor Ruiz**

O campo como paradigma biopolítico moderno

## A economia internacional e o Brasil. A crise financeira e seus (possíveis) impactos

Na semana passada o Banco Central tomou uma medida que, para muitos observadores, soou como ousada. Prevendo o agravamento da crise financeira internacional, a taxa Selic foi reduzida em 0,5 pontos. As reações, conforme pode-se acompanhar nas Notícias do Dia, atualizadas diariamente no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU são as mais contrastantes.

A revista **IHU On-Line** desta semana debate as dimensões da crise financeira internacional e seus possíveis impactos na economia brasileira.

Contribuem na discussão, **Fernando José Cardim de Carvalho**, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, **Fernando Ferrari Filho**, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, **José Luis Oreiro**, professor no Departamento de Economia da Universidade de Brasília - UnB, **Luiz Carlos Bresser-Pereira**, ex-ministro dos governos Sarney e Fernando Henrique Cardoso, **Amir Khair**, consultor na área fiscal, orçamentária e tributária, **Maria Lucia Fattorelli**, auditora fiscal da Receita Federal e coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida pela Campanha Jubileu Sul e **Gigi Roggero**, pesquisador na Universidade de Bologna, Itália.

Na presente edição publicamos também uma entrevista com o jornalista e professor na PUCRS, **Juremir Machado**, sobre o seu livro *Vozes da Legalidade: política e imaginário na era do rádio*, que acaba de lançar pela editora Sulina, de Porto Alegre, e que será o tema da conferência no próximo dia 08-09-2011, na Sala Ignácio Ellacuría e companheiros, no IHU. Assim, encerra-se o Ciclo de Debates e Conferências sobre os 50 anos da Campanha da Legalidade, promovido pelo **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**, durante o mês de agosto. A publicação **Cadernos IHU em Formação**, no. 40, sob o título *Campanha da Legalidade. 50 anos de uma insurreição civil*, editada durante o Ciclo, está disponível, na versão digital, na página eletrônica do IHU.

Completam esta edição uma entrevista e dois artigos.

**Wilson Engelmann**, professor e pesquisador do PPG em Direito da Unisinos, foi entrevistado sobre o livro, de sua autoria, *Nanotechnology, Law and Innovation* (Saarbrücken, Deutschland: LAP LAMBERT Academic Publishing, 2011).

**Castor Ruiz**, professor e pesquisador do PPG em Filosofia da Unisinos, publica o artigo *O campo como paradigma biopolítico moderno*, que descreve aspectos que serão debatidos, nesta segunda-feira, dia 05-09-2011, no evento Giorgio Agamben: "O Homo Sacer I, II, III. A exceção jurídica e o governo da vida humana".

Meios digitais e cultura democrática é o título do artigo de **Francisco Sierra Caballero**, professor titular de Teoria da Comunicação da Universidade de Sevilla.

A todas e a todos um bom feriado, uma ótima semana e uma excelente leitura!

### Expediente

**IHU On-Line** é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. ISSN 1981-8769. Diretor da **Revista IHU On-Line**: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (grazielaw@unisinos.br). Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br), Patrícia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br) e Thamiris Magalhães (thamirism@unisinos.br). Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br). Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR. Projeto gráfico: Bistrô de Design Ltda e Patrícia Fachin. Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Rafaela Kley e Stefanie Telles. **IHU On-Line** pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br). Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição. Instituto Humanitas Unisinos - Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Endereço: Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: [ihuonline@unisinos.br](mailto:ihuonline@unisinos.br). Fone: 51 3591.1122 - ramal 4128. E-mail do IHU: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br) - ramal 4121.



LEI DE  
INCENTIVO  
À CULTURA



Ministério  
da Cultura



## Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

### A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | Fernando Ferrari: Um *International Market Maker* capaz de regular os mercados financeiros

PÁGINA 07 | Luiz Carlos Bresser-Pereira: “O Brasil não precisa do capital externo. O capital se faz em casa”

PÁGINA 11 | Fernando José Cardim de Carvalho: Crise financeira: mais do que apenas especulação financeira

PÁGINA 13 | José Luís Oreiro: Não há lógica na redução dos juros para 12% ao ano, agora

PÁGINA 16 | Maria Lúcia Fattorelli: “Os bancos estão sendo salvos pelo Estado”

PÁGINA 20 | Amir Khair: Política econômica preventiva. “A redução da taxa Selic é positiva”

PÁGINA 23 | Gigi Roggero: Por que não defender o *default* e o uso multitudinário do *default*?

### B. Destaques da semana

» Livro da Semana

PÁGINA 28 | Wilson Engelmann: Nanotecnologias, o cuidado com o ser humano e o meio ambiente

» Coluna do Cepos

PÁGINA 30 | Francisco Sierra Caballero: “Meios digitais e cultura democrática”

» Destaques On-Line

PÁGINA 32 | Destaques On-Line

### C. IHU em Revista

» Eventos

PÁGINA 36 | Juremir Machado: A defesa de Brizola pela Legalidade foi heroica

PÁGINA 38 | Castor Ruiz: O campo como paradigma biopolítico moderno

» IHU Repórter

PÁGINA 45 | Nara Eunice Nörnberg



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

# A.

## Tema de Capa

## Um *International Market Maker* capaz de regular os mercados financeiros

Na visão de Fernando Ferrari, a questão não é austeridade fiscal, mas responsabilidade fiscal

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

“**A** reestruturação do sistema financeiro internacional passa pela criação de um *International Market Maker* capaz de regular os mercados financeiros e, em especial, os derivativos, estabilizar as taxas de câmbio, controlar os fluxos de capitais especulativos, dinamizar as relações comerciais, etc.” A proposta é do economista Fernando Ferrari, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line. Para ele, “a recuperação da economia mundial passa pela retomada de confiança dos agentes privados, consumidores e investidores, na economia norte-americana”. Defensor da responsabilidade fiscal, Ferrari explica do que se trata: “é, de forma muito simples, realizar gastos públicos e renunciar impostos quando a economia, em especial o setor privado, está no ‘fundo do poço’ e fazer o inverso quando há um boom do setor privado. Se há fortes indícios de que a economia mundial encontra-se em uma situação de ‘crescimento’ tipo W, logo austeridade fiscal agora não faz sentido”. Para solucionar os desequilíbrios fiscais provocados pela crise financeira, Ferrari sugere, em primeiro lugar e principalmente, “não procurar soluções de mercado como alguns economistas, policymakers e políticos estão sugerindo. A ação do Estado e das instituições multilaterais é essencial para que a economia mundial tenha perspectivas de estabilização. Por exemplo, se políticas fiscais estão limitadas, devido aos desequilíbrios fiscais dos países, política monetária expansionista, seja em termos de crédito, seja em termos de redução das taxas de juros, é fundamental. Em nível global, é necessário criar uma convenção capaz de estabilizar as taxas de câmbio, limitar as ações especulativas dos mercados financeiros”.

Fernando Ferrari Filho é graduado em Economia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, doutor em Economia pela Universidade de São Paulo - USP, e pós-doutor pela University of Tennessee System (1996). Atualmente é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Confira a entrevista.

### IHU On-Line - Qual a peculiaridade da atual crise financeira em comparação com o que aconteceu em 2008?

**Fernando Ferrari** - As crises fiscal-financeira na zona do euro e do endividamento norte-americano são uma continuidade da crise do subprime e, por conseguinte, da crise financeira internacional de 2007-2008<sup>1</sup>. Por quê? Pri-

<sup>1</sup> Sobre a referida crise, a IHU On-Line produziu uma série de edições, dentre as quais: número 276, de 06-10-2008, intitulada *A crise financeira internacional. O retorno de Keynes*, disponível em <http://bit.ly/gmghe>; número 278, de 21-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/rhygyP>; número 287, de 30-03-2009, intitulada *A crise capitalista e a esquerda*, disponível em <http://bit.ly/nLnQR>; número 330, de 24-05-2010, intitulada *A crise da zona do euro e o retorno*

meio, porque em 2008 e em 2009, para se evitar uma depressão na economia mundial, a maioria dos países adotou políticas fiscais contracíclicas, entre os quais os países da zona do euro e os Estados Unidos, o que acabou elevando seus déficits fiscais e suas dívidas públicas. Segundo, porque a liquidez injetada na economia mundial por parte dos bancos centrais acabou gerando uma nova especulativa com os preços dos ativos e, em especial, os financeiros. Em suma, a crise atual não deixa de ser uma extensão da crise anterior.

### IHU On-Line - O que muda no “mode-

do Estado regulador em debate, disponível em <http://bit.ly/nqUxGO> (Nota da IHU On-Line)

### lo social europeu” a partir da crise financeira na zona do euro?

**Fernando Ferrari** - Se os países da zona do euro continuarem insistindo nas amarras macroeconômicas contidas no “Pacto de Estabilidade e Crescimento”<sup>2</sup>,

<sup>2</sup> O Pacto de Estabilidade e Crescimento (ou PEC) é um acordo entre os países da União Europeia. Foi adotado para evitar que políticas fiscais irresponsáveis tivessem efeitos nocivos sobre o crescimento e a estabilidade macroeconômica dos países da União Europeia, em particular aqueles que adotaram o Euro como sua moeda. De acordo com o PEC, todos os países da União Europeia devem apresentar regularmente programas de estabilidade ou programas de convergência (aqueles para os países que fazem parte da área do euro, estes para os que ainda não adotaram o euro), devem respeitar os objetivos macroeconômicos contidos nesses programas e devem evitar déficits públicos superiores a 3% do PIB, bem

não somente o crescimento econômico na região manter-se-á estagnado, bem como o modelo de *Welfare State*, ou pelo menos o que resta dele, deixará de existir.

#### **IHU On-Line - Como solucionar os desequilíbrios fiscais ocasionados pela crise financeira internacional?**

**Fernando Ferrari** - Em primeiro lugar e principalmente, não é procurar soluções de mercado como alguns economistas, *policymakers* e políticos estão sugerindo. A ação do Estado e das instituições multilaterais é essencial para que a economia mundial tenha perspectivas de estabilização. Por exemplo, se políticas fiscais estão limitadas, devido aos desequilíbrios fiscais dos países, política monetária expansionista, seja em termos de crédito, seja em termos de redução das taxas de juros, é fundamental. Em nível global, é necessário criar uma convenção capaz de estabilizar as taxas de câmbio, limitar as ações especulativas dos mercados financeiros etc.

#### **IHU On-Line - O que representa para a economia mundial uma crise financeira nos EUA?**

**Fernando Ferrari** - Uma catástrofe. Os Estados Unidos têm um PIB de cerca de 15,0 trilhões de dólares, têm uma participação importante no comércio internacional, têm uma sinergia robusta com a economia chinesa e são os maiores devedores - parte substancial das reservas cambiais da China e do Brasil, por exemplo, estão vinculados aos títulos públicos norte-americanos. Ademais, se os Estados Unidos entrarem em recessão, ou, pior, crescerem, durante um longo período, pifiamente, tal como a estagnação da economia japonesa, então as repercussões em nível mundial serão péssimas.

#### **IHU On-Line - O que o senhor pensa sobre a austeridade fiscal neste contexto de crise? Qual a importância de políticas fiscais contracíclicas?**

**Fernando Ferrari** - A questão não é austeridade fiscal, mas responsabilidade fiscal. Os agentes econômicos conserva-

como valores da dívida pública superiores a 60% do PIB (valores do PIB a preços de mercado). Déficits superiores àquele valor podem levar a sanções, incluindo pagamento de multas. (Nota da IHU On-Line)

## **“Se os Estados Unidos entrarem em recessão, ou, pior, crescerem, durante um longo período, pifiamente, as repercussões em nível mundial serão péssimas”**

dores parecem ter complexo de Lutero: tudo passa pela austeridade. Austeridade fiscal protagonizada pela Alemanha para a zona do euro, por exemplo, é um “tiro no pé” da economia alemã. O que é responsabilidade fiscal? É, de forma muito simples, realizar gastos públicos e renunciar impostos quando a economia, em especial o setor privado, está no “fundo do poço” e fazer o inverso quando há um *boom* do setor privado. Se há fortes indícios de que a economia mundial encontra-se em uma situação de “crescimento” tipo W, logo austeridade fiscal agora não faz sentido.

#### **IHU On-Line - Quais as principais dificuldades e desafios de uma união monetária como a europeia, principalmente em cenário de turbulência econômica mundial?**

**Fernando Ferrari** - Os problemas na zona do euro são dois: por um lado, a maioria dos países, quando da introdução do euro como moeda de curso legal, não apresentava as condições de área monetária ótima; por outro lado, há um problema de governança política.

#### **IHU On-Line - A volta de investimentos no mercado americano pode ajudar em que sentido a estabilizar a crise financeira mundial?**

**Fernando Ferrari** - A recuperação da economia mundial passa pela retomada de confiança dos agentes privados, consumidores e investidores, na economia norte-americana. O governo e as instituições têm que sinalizar um ambiente favorável à tomada de decisão de gastos destes agentes. Caso contrário, a economia dos Estados Unidos irá se estagnar.

#### **IHU On-Line - A partir da situação nos**

**EUA, qual a expectativa que surge em torno do dólar, enquanto moeda que sempre foi considerada como a mais forte?**

**Fernando Ferrari** - Esse é outro problema. A estabilidade e, mais ainda, a confiança no dólar, por um lado, passam pela recuperação da economia norte-americana. Por outro lado e principalmente, apenas a reestruturação do sistema financeiro internacional (regulação financeira, controle de capitais, administração das taxas de câmbio, etc.) será capaz de minimizar a volatilidade dos mercados financeiros e cambiais e dos preços dos ativos, reduzindo, assim, as incertezas que acabam afetando as tomadas de decisão de gastos dos agentes econômicos.

#### **IHU On-Line - Como fica a proposta do Estado Mínimo e das economias de bem-estar social com a crise atual?**

**Fernando Ferrari** - Na prática, a ideia de Estado Mínimo deixou de existir com a crise do subprime, pois todos tornaram-se “keynesianos”. Infelizmente, todavia, há alguns surrealistas que continuam tendo uma “fé inabalável” nos mercados. Com a crise e as soluções conservadoras preconizadas pelos *policymakers*, a economia do bem-estar social perde espaço.

#### **IHU On-Line - Em que sentido o debate sobre a manutenção do estado de bem-estar social nos Estados Unidos tem se tornado objeto de embates políticos no país? Os republicanos estão usando a crise como argumento para acabar com os benefícios sociais do povo norte-americano?**

**Fernando Ferrari** - Como não sou cientista político, repito o que tenho escutado: o embate político entre democratas e republicanos em torno da capacidade de alavancagem da dívida pública dos Estados Unidos não foi uma discussão centrada no aspecto econômico, mas uma miopia ideológica, visando as eleições presidenciais de 2012. Quem é a Standard & Poor's para rebaixar o *rating* da dívida soberana dos Estados Unidos? Todas as agências de *rating* foram um desastre na crise do subprime: muitas empresas tinham *ratings* elevados, apesar de terem quebrado na crise. Os Estados Unidos têm problemas? Sim,

principalmente déficits gêmeos, perda de competitividade etc. Porém, todos nós, sem exceção, na incerteza migramos para o dólar e os títulos públicos norte-americanos.

### IHU On-Line - O que deveria fazer parte de uma reestruturação do sistema financeiro internacional?

**Fernando Ferrari** - A reestruturação do sistema financeiro internacional passa, indo ao encontro das ideias de Keynes<sup>3</sup>, pela criação de um *International Market Maker* capaz de regular os mercados financeiros e, em especial, os derivativos, estabilizar as taxas de câmbio, controlar os fluxos de capitais especulativos, dinamizar as relações comerciais, etc.

#### LEIA MAIS...

>> Confira outras entrevistas concedidas por Fernando Ferrari Filho à IHU On-Line.

\* Uma política econômica única e exclusivamente para controlar a dinâmica inflacionária. Revista IHU On-Line nº 204, de 13-11-2006, disponível para download em <http://migre.me/GlNg>

\* Programa de aceleração do crescimento. Um ano depois. Notícias do Dia 23-01-2008, disponível para download em <http://migre.me/GlNU>

\* A "mão invisível" do mercado não funciona sem a "mão visível" do Estado. Revista IHU On-Line nº 276, de 06-10-2008, disponível para download em <http://migre.me/GlMj>

\* Economia brasileira e a síndrome do Peter Pan, publicada na edição 338, de 09-08-2010, disponível em <http://bit.ly/nql3lJ>

\* As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes. Artigo publicado nos Cadernos IHU ideias nº 37, disponível no link <http://bit.ly/qowVP5>

3 **John Maynard Keynes** (1883-1946): economista e financista britânico. Sua Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro (1936) é uma das obras mais importantes da economia. Esse livro transformou a teoria e a política econômicas, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não-comunistas. De Keynes, publicamos um artigo e uma entrevista na 139ª edição, de 02-05-2005, disponível para download em <http://migre.me/4b8NA> e outra entrevista na 144ª edição, de 06-06-2005, disponível para download em <http://migre.me/4b8NR>. Confira, também, dois artigos na 145ª edição, de 13-06-2005, disponíveis para download em <http://migre.me/4b8Ob> e um artigo nos Cadernos IHU Ideias número 37, de 2005, intitulado As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes, de autoria do Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho, disponível para download em <http://migre.me/4b8Pq>. Leia, também, a edição 276 da Revista IHU On-Line, de 06-10-2008, intitulada A crise financeira internacional. O retorno de Keynes, disponível para download em <http://migre.me/4b8OK>. (Nota da IHU On-Line)

## “O Brasil não precisa do capital externo. O capital se faz em casa”

Para o economista e ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser-Pereira, a crise do euro é mais perigosa do que a crise nos Estados Unidos. “O euro está criando mais problemas para os europeus do que soluções”, reconhece

POR GRAZIELA WOLFART

O economista brasileiro Luiz Carlos Bresser-Pereira considera negativa a entrada de capital estrangeiro no Brasil, pois o país não precisa disso e “deveria fazer barreiras a ele de tudo quanto é jeito”, levando em conta o princípio de que “o capital se faz em casa”. Este último conceito ele explica na entrevista que aceitou conceder à IHU On-Line, por telefone. Para Bresser-Pereira, “enquanto que o liberalismo foi uma ideologia que surgiu no século XVIII, no meio de classes médias burguesas, que lutavam contra uma oligarquia de militares e de ricos e contra o Estado absoluto, o neoliberalismo é a ideologia dos ricos que, a partir do último quartel do século XX, lutam contra os pobres e as classes médias e contra o estado democrático. Minha avaliação do neoliberalismo é a pior possível”. E defende: “a estatização da dívida é muito injusta para os contribuintes, para os pobres que pagam mais impostos do que os ricos. Mas é uma solução”.

Luiz Carlos Bresser-Pereira é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas onde ensina economia, teoria política e teoria social. É presidente do Centro de Economia Política e editor da Revista de Economia Política desde 1981. Escreve coluna quinzenal na Folha de S.Paulo.

Em 2010 recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Buenos Aires. Foi Ministro da Fazenda, da Administração Federal e Reforma do Estado, e da Ciência e Tecnologia, nos governos Sarney e Fernando Henrique Cardoso. É bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, mestre em administração de empresas pela Michigan State University, doutor e livre docente em economia pela Universidade de São Paulo. A maior parte de seus trabalhos está disponível no website que mantém desde 1996 - [www.bresserpereira.org.br](http://www.bresserpereira.org.br) Dentre seus livros publicados citamos *Desenvolvimento e crise no Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 2004), *Globalization and Competition. Why some emergent countries succeed while others fall behind* (New York: Cambridge University Press, 2010), *Doença holandesa e indústria* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010) e *Crise Global e o Brasil* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010). Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Em que medida o ajuste fiscal e monetário e a perseguição da meta inflacionária podem contribuir para a estabilização da economia em um contexto de crise globalizada?**

**Luiz Carlos Bresser-Pereira** - A solução não está nos grandes ajustes, especialmente monetários. O que se discute hoje é se é possível expandir o gasto fiscal e, ao mesmo tempo, resolver o problema do excessivo en-

dividimento público. São duas coisas evidentemente contraditórias. Então, é preciso fazer um aumento das despesas num curto prazo e um aumento da receita no longo prazo, através de um aumento de impostos. Essa é uma solução correta. Estamos nessa crise brutal e a causa principal dela são os desequilíbrios profundos causados pelo neoliberalismo, ou seja, por uma ideologia radicalmente de direita, que propunha o Estado mínimo e a redução dos impostos. E foi feita uma redução sistemática dos impostos em todo o mundo e dos impostos para os ricos. O resultado disso foi que os ricos estão pagando muito menos imposto em proporção da sua renda do que os pobres.

**IHU On-Line - Quais as consequências do ajuste fiscal para as políticas públicas sociais?**

**Luiz Carlos Bresser-Pereira** - No momento, nem a Europa, nem os Estados Unidos podem fazer ajuste fiscal. Eles devem fazer expansão fiscal. Portanto, não tem nenhuma consequência negativa sobre a área social. O que é preciso entender é que, nesses últimos 30 anos, de 1979 - quando Margaret Thatcher<sup>1</sup> se tornou a primeira ministra da Grã-Bretanha - até 2008, com a grande crise financeira global (chamo esse período de “os 30 anos neoliberais do capitalismo”), os neoliberais, ou seja, a direita formada de rentistas - pessoas que vivem de juros, dividendos e aluguéis -, associados com os financistas, conseguiram aumentar substancialmente a sua renda através de todo um sistema especulativo de inovações financeiras, de forma que a renda se concentrou, de maneira brutal, apenas nos 2% mais ricos da população. O resto da sociedade ficou com sua renda estagnada em termos *per capita*, o que é algo violento. No entanto, aconteceu algo curioso. Os neoliberais pregaram, durante todo esse tempo, a redução, senão a liquidação, do Estado de bem-estar social, ou seja, dos gastos do Estado com a educação, com saúde, com assistência social e previdência. Porém, essa redução não aconteceu. O que os ne-

oliberais também propunham - e isso aconteceu em parte - é que a proteção “trabalhista” fosse flexibilizada. Mas o Estado de bem-estar social eles não conseguiram tirar, porque o povo não deixou. O povo ainda vota, continuamos na democracia e nas democracias europeias e na americana, quando se queria reduzir o tamanho do Estado, reduzir as despesas com educação e saúde, o povo protestava e não votava nos políticos.

**IHU On-Line - Considerando a crise financeira nos EUA e na zona do euro, e o apetite do capital internacional pelo Brasil, qual sua opinião sobre a desvalorização da moeda nacional?**

**Luiz Carlos Bresser-Pereira** - O que está acontecendo é a valorização, de-

## “A crise representa a crise do capitalismo neoliberal, dessa ideologia liberal radical do plano econômico”

vido principalmente à grande entrada de capital do resto do mundo para o Brasil. E isso é muito ruim para nosso país. Nesses últimos dez anos tenho procurado entender um conceito que aprendi há muito tempo, que é o princípio de que “o capital se faz em casa”. Isso foi dito por um grande economista sueco, chamado Ragnar Nurkse<sup>2</sup>, nos anos 1950, e depois foi dito por um grande político, historiador e jornalista brasileiro, Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, que fez um maravilhoso livro sobre o Japão, cujo título era *O capital se faz em casa* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973). Ele mostrava como o Japão havia crescido com sua própria poupança. Eu só não entendia porque essas entradas de capital eram geralmente negativas para os países em desenvolvimento, exatamente o oposto do que dizem as grandes empresas multinacionais, os políticos e economistas dos países

ricos. E foi nessa década que entendi que, quando começa a entrar capital no país, entra-se em déficit de conta corrente; esse déficit é financiado por empréstimos ou investimentos diretos, e esse financiamento do déficit, chamado de poupança externa, deve ser somado à poupança interna. Então, temos um aumento da taxa de investimento. Quando esta taxa aumenta, sobe também a taxa de crescimento do país, o que seria ótimo. No entanto, não é assim que acontece. Quando se tem um déficit em conta corrente, ele aprecia o câmbio. Com isso, se valoriza a taxa de câmbio e os salários aumentam artificialmente. Em consequência, os trabalhadores das classes médias passam a consumir muito mais mercadorias importadas e turismo. Resultado - a poupança interna dos brasileiros diminui, de forma que a poupança externa, em vez de se somar à interna e causar crescimento, causa apenas mais endividamento e mais consumo de curto prazo. O Brasil não precisa desse capital. Deveria fazer barreiras a ele de tudo quanto é jeito, até conseguir colocar sua taxa de câmbio num nível que torne as empresas competentes brasileiras capazes de competir internacionalmente, o que hoje não acontece.

**IHU On-Line - O senhor acredita que a crise financeira global de 2008 também foi a grande crise do neoliberalismo e da teoria econômica ortodoxa?**

**Luiz Carlos Bresser-Pereira** - A crise representa a crise do capitalismo neoliberal, dessa ideologia liberal radical do plano econômico, ou que eu costumo definir historicamente da seguinte maneira, comparando com o velho liberalismo clássico: enquanto que o liberalismo foi uma ideologia que surgiu no século XVIII, no meio de classes médias burguesas, que lutavam contra uma oligarquia de militares e de ricos e contra o Estado absoluto, o neoliberalismo é a ideologia dos ricos que, a partir do último quartel do século XX, lutam contra os pobres e as classes médias e contra o Estado democrático. Minha avaliação do neoliberalismo é a pior possível. Que males fez o neoliberalismo? Muitos. Mas um dos maiores

<sup>1</sup> Margaret Hilda Thatcher (1925): política britânica, primeira-ministra de 1979 a 1990. (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> Ragnar Nurkse (1907-1959): economista estoniano. (Nota da IHU On-Line)

é que aumentou enormemente a instabilidade financeira, de forma que as crises financeiras se multiplicaram até chegar a essa imensa crise financeira de 2008, da qual os países ricos até hoje não saíram. E nós saímos mais ou menos. Segundo, este neoliberalismo representou uma desmoralização muito grande, porque significou o elogio do individualismo mais feroz; a tese da “mão invisível”, de Adam Smith<sup>3</sup>, foi entendida de maneira equivocada, de modo que cada um tem que defender seus interesses porque o mercado garantiria o interesse geral. Uma loucura completa! A sociedade precisa de cidadãos que defendam seus interesses, mas que também sejam solidários com os outros e defendam o bem comum e o interesse público, que tenham espírito republicano. Isso foi sistematicamente limitado no período neoliberal. Essa ideologia foi um retrocesso e vejo que ela morreu. Mas sempre argumento que o capitalismo é reformável e desde o início do século XX os povos dos países ricos vêm tentando refor-

3 Adam Smith (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica. *A Riqueza das Nações*, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para um novo entendimento do mecanismo econômico da sociedade, quebrando paradigmas com a proposição de um sistema liberal, ao invés do mercantilismo até então vigente. Outra faceta de destaque no pensamento de Smith é sua percepção das sofríveis condições de trabalho e alienação às quais os trabalhadores encontravam-se submetidos com o advento da Revolução Industrial. O Instituto Humanitas Unisinos - IHU promoveu em 2005 o I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia. No segundo encontro deste evento a professora Ana Maria Bianchi, da USP, proferiu a conferência *A atualidade do pensamento de Adam Smith*. Sobre o tema, concedeu uma entrevista à IHU On-Line nº 133, de 21-03-2005, disponível em <http://migre.me/xQmm>. Ainda sobre Smith, confira a edição 35 do *Cadernos IHU Ideias*, de 21-07-2005, intitulada *Adam Smith: filósofo e economista*, escrita por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível para download em <http://migre.me/xQnc>. Smith foi o tópico número 1 do *Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2009*, estudado de 13-04-2009 a 02-05-2009. O *Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2010*, em seu primeiro módulo, falou sobre *Adam Smith: filósofo e economista*. Em sua edição 2011, esse evento contou com a palestra do Prof. Dr. André Filipe Zago de Azevedo, em 29-08-2011, com o tema *Adam Smith: os sentimentos morais e as razões da acumulação e da conservação da fortuna material*. Para conferir a programação completa do evento, acesse <http://bit.ly/ndTF3S>. (Nota da IHU On-Line)

## “A crise bancária de 2008 é a crise financeira atual”

mar e tornar esse capitalismo melhor.

**IHU On-Line - Em que medida a crise bancária de 2008 contribuiu para a crise financeira atual?**

**Luiz Carlos Bresser-Pereira** - A crise bancária de 2008 é a crise financeira atual. As crises financeiras são de dois tipos. Ou são crises bancárias - típicas de países ricos, onde são os bancos que quebram porque emprestaram demais - ou são de outro tipo, mais típicas de países em desenvolvimento, como o Brasil, que não têm moeda reserva, que são crises de balanço de pagamentos. Ou seja, esses países tomam emprestado - tanto o governo, como as empresas - em moeda estrangeira. E tomam emprestado demais. E aí, num certo momento, os credores, todos felizes, fazendo entrar capital aqui, perdem a confiança no país e suspendem a renovação da dívida. Foi isso que aconteceu em 1998 e depois se repetiu em 2002 aqui no Brasil. Daí temos a quebra do país; um desastre. Então, a crise de 2008 foi financeira e bancária, nos Estados Unidos e depois na Europa.

**IHU On-Line - Por que afirma que “a economia real não está ajudando as finanças americanas saírem do buraco, mas definitivamente não justificam nova crise financeira”?**

**Luiz Carlos Bresser-Pereira** - Surgiu uma expressão de que os Estados Unidos e a economia americana estão ameaçados por um duplo mergulho, no caso, a crise. Houve um mergulho em 2008 e haveria agora uma outra recessão, em 2011 ou 2012. Isso faria com que as ações caíssem fortemente, num clima de crise geral. Eu digo que até é possível que a economia americana entre em recessão. Como ela ainda não saiu da crise e está crescendo muito pouco, caso o crescimento ainda baixar e passar a um índice de 0,5% negativo ao ano, tecnicamente entrará em recessão. Mas isso não justifica entrar

numa crise financeira e bancária novamente. Não há razão para isso.

**IHU On-Line - Para o cenário financeiro global, a crise do euro impacta mais do que a crise nos EUA?**

**Luiz Carlos Bresser-Pereira** - A crise do euro é mais perigosa. No caso da crise do euro, é uma crise estrutural e decorreu do fato de que nesses últimos 15 anos a Alemanha aumentou fortemente a produtividade das suas empresas e não aumentou os salários. Enquanto que nos países do sul da Europa a produtividade aumentou menos e esses países continuaram a aumentar salários. Resultado - esses países ficaram caros e os salários ficaram caros em euros. A taxa de câmbio implícita entre eles apreciou na Grécia, na Espanha, em Portugal e na Irlanda. E as empresas acabam não tendo mais condições de exportar para a Alemanha, para a França ou para a Holanda, enquanto que estes países continuam exportando para os primeiros países, que entraram em déficit e se endividaram, no caso, o setor privado. A forma clássica de sair dessa crise é depreciar a moeda, mas eles não têm moeda para depreciar. E estão numa armadilha. Inicialmente apoiei muito o euro, porque apoio muito a ideia da União Europeia, mas tive que reconhecer que, infelizmente, o euro está criando mais problemas para os europeus do que soluções.

**IHU On-Line - Qual o futuro do euro e do dólar a partir da crise financeira atual?**

**Luiz Carlos Bresser-Pereira** - O dólar vai continuar por muito tempo ainda a ser a moeda reserva principal do mundo. O euro está com a sua existência ameaçada. Creio que ele vai sobreviver. Para que isso aconteça, é preciso que os alemães e holandeses resolvessem investir mais nessa história. Isso significa, por exemplo, criar os euro-bônus, que reduziriam a taxa de juros que Grécia ou Portugal pagam, mas aumentaria a taxa de juros que a Alemanha paga. E a Alemanha não quer isso. Ela quer a vantagem de poder exportar para toda a região do euro sem nenhuma barreira e não quer pagar os custos disso. Ela vai ter que pagar, ou

então o euro vai terminar. Deixar que a coisa se resolva simplesmente através de um ajuste fiscal ainda maior nesses países que já estão fazendo ajuste fiscal não vai funcionar.

**IHU On-Line - O que pensa sobre a estatização da dívida privada como alternativa para a crise? Quem mais sofre as consequências?**

**Luiz Carlos Bresser-Pereira** - Essa estatização já aconteceu na Irlanda, onde o setor público devia, antes da crise, 25%. Hoje, deve 100%, porque foi salvar os bancos com o dinheiro público. De modo geral, essa é a tendência a acontecer nos outros países. A estatização da dívida é muito injusta para os contribuintes, para os pobres que pagam mais impostos do que os ricos. Mas é uma solução. Isso pode ser feito em duas etapas: estatiza-se a dívida e depois se deprecia a dívida, através de um processo de *quantitative easing*, de emissão de moeda, ou se diminui a dívida a partir de um processo de reestruturação.

**IHU On-Line - Como caracteriza o tipo de intervenção que o Estado brasileiro tem feito na economia neste cenário de crise?**

**Luiz Carlos Bresser-Pereira** - Quando houve a crise de 2008, o Banco Central brasileiro agiu muito mal, aumentando a taxa de juros, o que foi um escândalo, uma incompetência absoluta. Mas o Ministério da Fazenda agiu bem e

**“O dólar vai continuar por muito tempo ainda a ser a moeda reserva principal do mundo. O euro está com a sua existência ameaçada”**

expandiu a despesa pública. Além disso, determinou que o Banco do Brasil, o BNDES e a Caixa Econômica Federal aumentassem os seus empréstimos, de forma que isso foi contracíclico e foi muito bom. O Brasil teve crescimento zero em 2009. Teria tido um crescimento maior se o Banco Central não tivesse sido tão incompetente. Amplamente falando, o Brasil não vai bem. As perspectivas do país hoje são muito modestas, porque nesses últimos anos nós apreciamos muito nossa taxa de câmbio e isso está destruindo a indústria brasileira de transformação; estamos nos transformando numa grande fazenda, o que é um absurdo completo e vem acontecendo desde 1992, quando o Brasil se abriu financeiramente e deixou de ter controle sobre a entrada e a saída de capital. A partir de então, deixamos de neutralizar a doença holandesa<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> **Doença holandesa:** conceito econômico que tenta explicar a aparente relação entre a exploração de recursos naturais e o declínio do setor manufatureiro. A teoria prega que um

**IHU On-Line - É hora de defender um nacionalismo econômico no Brasil?**

**Luiz Carlos Bresser-Pereira** - Sempre é. O nacionalismo econômico é a ideologia da formação do Estado-nação. Vivemos num mundo constituído não mais de impérios e colônias, mas de Estados-nação ou países. E o nacionalismo é a ideologia que diz que cada Estado-nação deve tratar de cuidar dos seus interesses, ao mesmo tempo em que nos fóruns internacionais, especialmente das Nações Unidas, eles procuram cooperar entre si. Todos os países ricos são nacionalistas do ponto de vista econômico. Isso significa acreditar que é dever do seu governo defender o trabalho, o conhecimento e o capital nacionais, para depois cooperar com o resto do mundo. Aqui no Brasil há muitos políticos e grande parte da elite brasileira que acham que não há diferença entre capital nacional e estrangeiro. Isso é dependência. Há uma segunda condição - para ser nacionalista é preciso acreditar que, para executar essa tarefa, é necessário usar a própria cabeça e não seguir conselhos, sugestões e pressões que vêm do exterior. Afinal, os países ricos são nossos concorrentes hoje.

aumento de receita decorrente da exportação de recursos naturais irá desindustrializar uma nação devido à valorização cambial, que torna o setor manufatureiro menos competitivo aos produtos externos. É, porém, muito difícil dizer com exatidão que a doença holandesa é a causa do declínio do setor manufatureiro porque existem muitos outros fatores econômicos a se levar em consideração. (Nota da IHU On-Line)

## CICLO DE ESTUDOS: PERSPECTIVAS DO HUMANO

DATA DE INÍCIO: 16/08/2011

DATA DE TÉRMINO: 25/09/2011

INFORMAÇÕES EM [HTTP://MIGRE.ME/5uPKG](http://migre.me/5uPKG)

## Crise global: mais do que apenas especulação financeira

Para Fernando José Cardim de Carvalho, essa nova onda de crises é resultado do desdobramento da crise iniciada em 2007

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

**A**s consequências de sucessivas crises internacionais são, na opinião do economista Fernando Cardim, “o empobrecimento de muitos países, o desemprego, a destruição de capacidade produtiva. Nesse contexto, sobe a probabilidade de conflitos sociais, como os indignados espanhóis e os conflitos gregos, como sobe também a probabilidade de adoção de métodos protecionistas, para tentar resolver o desemprego de um país exportando-o para seus parceiros, manipulação cambial, etc. O resultado pode ser um longo período de empobrecimento, estagnação e convulsão social, até que as sociedades acabem por descobrir um modo de reagir a essas tendências”. Na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**, Cardim não identifica que estamos vivendo uma crise estrutural do capitalismo, que mostre a inviabilidade desse tipo de sistema. “Mas é certamente mais que especulação financeira”, contrapõe. Para ele, “economias capitalistas, deixadas a si mesmas, tendem a desenvolver fragilidades que, cedo ou tarde, tendem a levar a economia a um colapso. Se este colapso não for enfrentado, ou for enfrentado com meias e hesitantes medidas, como ocorreu dessa vez, a situação pode não se tornar mais dramática (como nos anos 1930), mas ainda assim gerar um estado de estagnação que pode se prolongar por muito tempo”.

Fernando Cardim de Carvalho é mestre em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e doutor em Economia pela Rutgers, State University of New Jersey. Atualmente, é consultor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase - e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Confira a entrevista.

### **IHU On-Line - As principais economias ocidentais entraram em crise. Quais as razões desse colapso?**

**Fernando Cardim** - Essa nova onda de crises é resultado do desdobramento da crise iniciada em 2007. Exceto no caso grego, onde a crise tem raízes na desorganização da própria economia local, nos países europeus restantes ela resulta principalmente do impacto da crise seja sobre a situação fiscal dos atingidos, como no caso da Irlanda, que passou a ter um déficit fiscal enorme por causa das despesas que o governo fez para o salvamento de seu sistema bancário, seja sobre a avaliação que os investidores fazem da viabilidade de economias nacionais, como a portuguesa, e agora também a espanhola e a italiana. A mudança de avaliação de investidores quanto às perspectivas desses países faz com que seus financiamentos se contraíam, aumentando seu custo. Ao subirem assim as taxas

de juros, esses países acabam mesmo por se tornar inviáveis. É o que ocorreu com Portugal e pode ocorrer com Espanha e Itália. Até a França, nos últimos dias, passou a sofrer este tipo de avaliação e viu os juros de seus títulos públicos subirem no mercado secundário.

### **IHU On-Line - Pode-se dizer que a crise financeira internacional é uma crise do capitalismo ou é, em boa medida, uma especulação financeira?**

**Fernando Cardim** - Eu não sei bem o que significa “crise do capitalismo”. Com certeza é uma crise do capitalismo, no sentido de que resulta de mecanismos que só existem nesse tipo de economia. Mas se por crise do capitalismo se entende algo como uma crise estrutural, que mostre a inviabilidade desse tipo de sistema ou coisas assim, me parece que a expressão é completamente inadequada. Mas é certamen-

te mais que especulação financeira. Não é um jogo apenas, porque a estabilidade sistêmica de economias empresariais depende mesmo de que as expectativas sobre seu futuro sejam minimamente otimistas. Quando se conclui que algumas dessas economias estão em trajetórias insustentáveis, o que se faz é tentar se livrar de quaisquer ativos que possam sofrer perdas, levando ao colapso desses mercados ou a medidas de reestruturação da economia que mudem sua trajetória. Foi o que fez, por exemplo, com o New Deal<sup>1</sup>. Nesta crise, contudo, ainda não apareceu nenhuma proposta de mudança mais consequente.

### **IHU On-Line - O que as constantes crises internacionais revelam sobre a economia e o sistema financeiro? Por**

<sup>1</sup> **New Deal**: nome dado às reformas executadas por Roosevelt nos EUA, a partir de 1933, que consagrava certa intervenção do Estado nos domínios econômico e social. (Nota da IHU On-Line)

que está sendo tão difícil controlá-las?

**Fernando Cardim** - Nós não estamos testemunhando muitas crises internacionais, nós estamos vivendo os desdobramentos da mesma crise, iniciada em 2007, nos Estados Unidos, e que contagiou outras áreas a partir de 2008. O que elas mostram é que economias capitalistas, deixadas a si mesmas, tendem a desenvolver fragilidades que, cedo ou tarde, tendem a levar a economia a um colapso. Se este colapso não for enfrentado, ou for enfrentado com meias e hesitantes medidas, como ocorreu desta vez, a situação pode não se tornar mais dramática (como nos anos 1930), mas ainda assim gerar um estado de estagnação que pode se prolongar por muito tempo. Este tipo de processo pode ser controlado antes que chegue ao estágio do colapso. É o que aconteceu entre a década de 1930 e agora. Mas quando as defesas criadas naquela década foram desmontadas, como parte do processo de liberalização financeira, as fragilidades voltaram a se manifestar. A inação política permitiu que se chegasse ao estágio da avalanche e, aí, tudo se torna muito mais difícil de controlar. Se se somar um problema de origem independente, a ascensão da direita irracional dos Estados Unidos, corporificada no partido republicano, encontrar soluções se torna mesmo muito difícil.

**IHU On-Line** - É possível evitar crises internacionais em uma economia cada vez mais globalizada?

**Fernando Cardim** - O problema mais importante não foi propriamente a globalização, ainda que isso torne mais difícil a coordenação de políticas necessária ao combate eficaz à crise. (Basta ver que não existem instrumentos para coibir a ação não cooperativa de chineses e, principalmente, de alemães.) O que foi decisivamente destrutivo foi, sem dúvida, a liberalização financeira. Agora que o desastre já ocorreu, a globalização se complica pela inexistência de estruturas globais de governança eficaz. Mas é necessário se considerar esse elemento com muito cuidado, especialmente para países em desenvolvimento, porque estruturas internacionais de governan-

ça geralmente implicam controle das opções e latitudes de ação de países emergentes por países mais ricos. É muito mais importante, ainda, definir áreas e instrumentos de autonomia, como, por exemplo, a criação de controles de capitais, do que apostas em governança internacional, que pode se tornar um instrumento de dominação em vez de coordenação democrática de políticas desenhadas para o bem de todos.

**IHU On-Line** - As crises internacionais podem gerar algum impacto para as economias emergentes? Como a crise atinge os países do Bric?

**Fernando Cardim** - Certamente. A contração do comércio internacional pode contrair mercados para exportações de emergentes, pode fazer cair os preços de commodities (das quais países como o Brasil se tornaram muito dependentes, resultados de anos de políticas equivocadas), pode afetar, portanto, diretamente o nível de atividades. Mas uma crise como a atual pode também levar ao retorno de capitais estrangeiros aos seus países de origem (para cobrir perdas por lá), pressionando a taxa de câmbio no Brasil e causando pressões inflacionárias. Todos querem que a apreciação do real se reverta, mas não de forma rápida, em meio a pânico, mas controlada de forma a evitar a emergência de pressões inflacionárias domésticas e problemas para as empresas que se endividaram em dólares nos últimos dois a três anos. Além disso, pode haver um efeito sobre expectativas, tornando investidores mais pessimistas e inibindo o investimento privado doméstico. Não é inevitável que isso aconteça, mas há o risco.

**IHU On-Line** - O governo brasileiro anunciou medidas fiscais para controlar o câmbio. Elas são necessárias ou paliativas, considerando a conjuntura atual?

**Fernando Cardim** - As últimas medidas, que atingem também o mercado de derivativos, são de amplitude potencialmente maior, mas ainda estão sendo traduzidas em diretrizes efetivas. As anteriores, impondo IOF sobre certas formas de entradas de capital, foram muito tímidas para ter eficácia.

Além disso, pouco se fez para coibir liberdade de saída de capitais de residentes, o que pode vir a ser problema sério se as perspectivas internacionais se agravarem.

**IHU On-Line** - Quais serão as consequências se sucessivas crises internacionais continuarem ocorrendo?

**Fernando Cardim** - As consequências são as que se vê agora. O empobrecimento de muitos países, o desemprego, a destruição de capacidade produtiva. Nesse contexto, sobe a probabilidade de conflitos sociais, como os indignados espanhóis e os conflitos gregos, como sobe também a probabilidade de adoção de métodos protecionistas, para tentar resolver o desemprego de um país exportando-o para seus parceiros, manipulação cambial, etc. O resultado pode ser um longo período de empobrecimento, estagnação e convulsão social, até que as sociedades acabem por descobrir um modo de reagir a essas tendências.

**IHU On-Line** - Recentemente, Nicolas Sarkozy e Ângela Merkel anunciaram a criação de um governo econômico comum para a zona do euro. Como o senhor vê essa medida? Um governo econômico comum seria uma alternativa para resolver os problemas econômicos e financeiros da região?

**Fernando Cardim** - Construir uma administração política comum à União Europeia é uma exigência quase inevitável da existência de uma moeda comum. Os países membros descobrem tardiamente algo que sempre se soube. Naturalmente, criar um "governo" europeu é apenas um pré-requisito. Resta saber o que esse governo fará quando for criado. A qualidade das lideranças políticas europeias dá pouca razão para otimismo nesse particular. Desprovidos de visão mais ampla, acudados pela crise e por eleitorados dominados por preconceitos como o de que europeus "do norte" trabalham mais do que os mediterrâneos e coisas assim, é de se imaginar que um governo europeu, constituído pelas autoridades que hoje controlam os governos nacionais, não vá funcionar muito melhor do que se tem agora. Mas criar instituições melhores é um pré-requisito.

## Não há lógica na redução dos juros para 12% ao ano, agora

José Luís Oreiro defende que a combinação de política fiscal expansionista mais política monetária expansionista é algo que não funciona e que gera tendência à aceleração da taxa de inflação e apreciação da taxa de câmbio

POR GRAZIELA WOLFART

**P**ara o economista José Luis Oreiro, “reduzir a taxa de juros é algo que, num regime de metas de inflação só deveria ser feito caso a pressão inflacionária tivesse cessado e isso até o momento não aconteceu. Levando em conta a restrição externa da economia, acho prudente uma certa desaceleração do crescimento, a fim de evitar que tenhamos de imediato uma crise de balanço de pagamentos”. Na entrevista a seguir, concedida por telefone à **IHU On-Line**, Oreiro argumenta que “a combinação de uma inflação alta em 2011, com a perspectiva da continuidade dessa inflação alta em 2012 em função da política de valorização do salário mínimo, somado com um quadro doméstico que não aponta claramente para uma desaceleração do nível de atividade, faz com que seja muito difícil entender a decisão do Banco Central de redução da taxa de juros em 0,5 ponto percentual”.

José Luis Oreiro é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, possui mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio e doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Organizou *Agenda Brasil: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços* (São Paulo: Monole, 2003) e *Sistema financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro* (Rio de Janeiro: Campus, 2007). Leciona no Departamento de Economia da Universidade de Brasília - UnB. Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Pode explicar por que o senhor defende uma expansão monetária na Europa como alternativa de solução à crise financeira atual?**

**José Luís Oreiro** - Defendo essa posição por exclusão de todas as outras possibilidades. O que está sendo proposto para lidar com a crise é a contração fiscal nos países que estão sendo mais afetados, que no caso são Itália, Espanha, Grécia, Portugal e Irlanda. Esses países foram profundamente afetados pela crise de 2008 e continuam com taxas de desemprego muito elevadas. Na Espanha, por exemplo, a taxa de desemprego é de 22% da força de trabalho. Portanto, uma contração fiscal, neste momento, irá piorar as coisas, aumentará ainda mais a taxa de desemprego. Acredito que uma contração fiscal no tamanho necessário para acalmar os mercados é inviável do ponto de vista político. Então, temos que procurar outra saída. O não pagamento das dívidas também não é

uma solução, porque as dívidas que os governos da Espanha, Itália e Grécia têm são com bancos dentro da União Europeia, na Alemanha e na França. Se aqueles países não pagarem as suas dívidas, os bancos na Alemanha e na França quebram, os governos desses países terão que socorrer esses bancos e vamos apenas transferir a crise soberana do sul da Europa para o centro da Europa. A reestruturação, como é chamada essa alternativa, não resolve o problema. A única alternativa remanescente é a expansão monetária. O Banco Central Europeu, que é o emissor oficial de moeda dentro da área monetária, poderia recomprar uma parte significativa dos títulos da dívida pública da Espanha, Itália, Grécia, Irlanda, Portugal e compraria a proporção necessária para fazer com que a relação juros/PIB de cada um desses países convergisse para 2%. Ao fazer isso já se melhorariam bastante as contas públicas desses países,

seja porque se eliminou uma parte considerável do estoque, seja porque se reduziu de maneira considerável o pagamento de juros sobre esse estoque. Além disso, essa alternativa teria a vantagem de resolver o problema dos bancos franceses e alemães. Eles estão carregando títulos soberanos da Itália, da Espanha, da Grécia, Portugal e Irlanda que têm um alto risco de inadimplência. Se esses títulos não forem honrados esses bancos quebram. Vender esses títulos para o Banco Central Europeu seria a melhor maneira de livrar os bancos da Alemanha e da França desse problema. Assim, se resolveriam dois problemas numa tacada só: reduzir-se-ia rapidamente os *spreads* que Espanha e Itália estão pagando aos títulos da dívida pública alemã, que são decorrência da expectativa de insolvência; mas, a partir do momento em que o Banco Central Europeu começar a comprar esses títulos, a demanda sobe, o preço também

sobe, e suas taxas de juros tendem a cair. Haveria uma redução dos *spreads* na Espanha e na Itália e reverteria a expectativa de insolvência desses países. Resolver-se-ia a crise de confiança que os mercados têm na insolvência da Espanha e da Itália. Além disso, se retiraria dos balanços dos bancos franceses e alemães os ativos podres. Ao retirar os ativos podres dos balanços desses bancos, estes estariam novamente em condições de retomar suas atividades normais de empréstimo, ou seja, aumentando suas linhas de crédito, o que é importante para a Europa sair dessa situação de semiestagnação econômica. Seria a saída fundamental para a área do euro, sem contar que, com expansão monetária dessa magnitude, teríamos a depreciação da taxa de câmbio, o euro se desvalorizaria frente ao dólar, frente ao yuan e outras moedas do mundo e, conseqüentemente, as exportações e os países europeus ganhariam competitividade e, com isso, também poderíamos ter uma retomada do crescimento via exportações.

**IHU On-Line - Como o senhor avalia a decisão do Banco Central de baixar a taxa básica de juro em 0,5%? Quais os prós e contras dessa medida em contexto de crise financeira internacional?**

**José Luís Oreiro** - A medida em si foi boa, porque o Banco Central está preocupado em não cometer o mesmo erro em 2011 que cometeu em 2008, quando a crise chegou no Brasil com o país aumentando a taxa de juros. Isso certamente agravou o impacto da crise sobre o Brasil. O que me preocupa não é tanto o caso da política monetária, mas é o caso da política macroeconômica brasileira, que não é consistente. Há dois dias, a ministra Ideli Salvatti havia anunciado que o salário mínimo terá, de fato, um aumento significativo em 2012 e irá para 613,00 reais aproximadamente. Então, teremos em 2012 um impacto significativo pelo aumento do salário mínimo, o que irá gerar pressão inflacionária, basicamente por conta do preço dos serviços. Temos uma política de valorização do salário mínimo que, em função do seu exagero por querer valorizar muito rapida-

**“Não sei se vamos repetir em 2011 a crise de 2008; acho que não. Portanto, não vejo lógica na redução da taxa de juros para 12% ao ano agora”**

mente o salário, concedendo ganhos que estão muito acima de qualquer previsão possível de crescimento da atividade, tem impacto inflacionário. Ao mesmo tempo, reduzir a taxa de juros é algo que, num regime de metas de inflação só deveria ser feito caso a pressão inflacionária tivesse cessado e isso até o momento não aconteceu. O Brasil deve fechar este ano com a taxa de inflação próxima do teto da meta de 6,5%; a economia brasileira está com uma taxa de desemprego muito baixa, ou seja, com o nível mais baixo da série histórica, então não existem sinais claros de que a economia brasileira possa estar apresentando uma desaceleração significativa do seu ritmo de crescimento. A combinação de uma inflação alta em 2011, com a perspectiva da continuidade dessa inflação alta em 2012 em função da política de valorização do salário mínimo, somado com um quadro doméstico que não aponta claramente para uma desaceleração do nível de atividade, faz com que seja muito difícil entender a decisão do Banco Central de redução da taxa de juros em 0,5 ponto percentual. Particularmente, eu preferiria que na sua decisão o Banco Central tivesse mantido a taxa e esperado para a próxima reunião do Copom, para fazer uma avaliação do quadro econômico internacional e ver em que medida a crise econômica internacional vai se agravar ou não. O que temos até agora é um quadro de desaceleração do crescimento dos EUA e da União Europeia, mas nada parecido com a crise de 2008. Se não vai se repetir a crise de 2008, realmente reduzir taxa de juros no Brasil com inflação ameaçando

estourar o teto da meta em 2011, com pressão inflacionária em 2012 devido à elevação forte do salário mínimo, mais um nível de desemprego historicamente baixo e nenhum sinal claro de forte desaceleração do nível de atividade econômica do Brasil, realmente é algo que não dá para entender no contexto do regime de metas de inflação. Pode ser que a presidente da República esteja querendo acabar com o regime de metas, mas se é isto ela deve dizer claramente para a sociedade: que o regime de metas de inflação morreu.

**IHU On-Line - O que significa, na prática, a baixa dos juros para 12% ao ano?**

**José Luís Oreiro** - Significa que o Banco Central está apostando num quadro de forte desaceleração do nível de atividade econômica no Brasil em função do agravamento da crise financeira internacional. Eu tenho dúvidas sobre esse cenário. Não sei se vamos repetir em 2011 a crise de 2008; acho que não. Portanto, não vejo lógica na redução da taxa de juros para 12% ao ano agora.

**IHU On-Line - O senhor continua defendendo a desaceleração da economia no Brasil?**

**José Luís Oreiro** - Existem algumas indicações de que a economia brasileira já está se desacelerando. No momento que estamos passando, de elevada pressão inflacionária, de câmbio extremamente valorizado, é bom ter um crescimento um pouco mais baixo, em torno de 3,5% ao ano. Manter um crescimento acelerado, acima de 4% ao ano, implica riscos não só do ponto de vista inflacionário, mas também do ponto de vista de balanço de pagamentos, porque, com uma economia crescendo rapidamente, as importações crescem assim também e as nossas exportações acabam perdendo competitividade. Então, manter a economia crescendo a um ritmo de 5% ao ano significa deteriorar muito rapidamente a situação da ponta de transações correntes do balanço de pagamentos num cenário internacional que já é meio complicado. Levando em conta a restrição externa da economia, acho prudente certa desaceleração do cres-

cimento, a fim de evitar que tenhamos de imediato uma crise de balanço de pagamentos.

#### **IHU On-Line - O momento atual pede o ajuste fiscal?**

**José Luís Oreiro** - Pede ajuste fiscal forte, para que possamos, de fato, conseguir fazer uma redução da taxa de juros sem populismo, sem uma elevação forte da taxa de inflação. O ideal seria que se mudasse a composição da política macroeconômica, ou seja, adotar uma política fiscal mais apertada para permitir uma política monetária mais frouxa. É preciso apertar a política fiscal, reduzir a expansão dos gastos de consumo do governo, aumentar o superávit primário e, com isso, sinalizar para o Banco Central que agora se pode trabalhar com uma taxa de juros mais baixa.

#### **IHU On-Line - Como deve ser a sintonia entre política monetária e fiscal num momento de crise como o atual?**

**José Luís Oreiro** - Deveríamos ter uma contração fiscal forte, para permitir um relaxamento rápido da política monetária. No entanto, a própria elevação do salário mínimo nessa magnitude para 2012 inviabiliza uma contração fiscal forte. Então, temos uma situação para 2012 de política fiscal e monetária expansionista, visto que a taxa de juros está se reduzindo. Esse tipo de combinação não funciona. Política fiscal expansionista + política monetária expansionista é algo que

gera tendência à aceleração da taxa de inflação e apreciação da taxa de câmbio. Podemos ter para 2012 um quadro de inflação chegando talvez a 8%, junto com a forte desvalorização da taxa de câmbio, correndo o risco de termos em 2013 uma crise no balanço de pagamentos. O *mix* de política macroeconômica deste governo definitivamente está errado.

#### **IHU On-Line - Com a crise financeira atual, que mudanças se fazem necessárias na política cambial brasileira?**

**José Luís Oreiro** - Teríamos que estar preocupados com o nível atual da taxa de câmbio e, portanto, iniciar um processo de desvalorização gradual da taxa cambial. Para implementar esse processo, deveríamos mudar o *mix* de política macro, ou seja, contração fiscal mais expansão monetária, ao contrário do que estamos fazendo hoje, que é expansão fiscal mais expansão monetária. A política que, hoje, o Brasil está seguindo vai agravar o problema cambial e tornará o país ainda mais frágil do ponto de vista externo.

#### **IHU On-Line - Que outros impactos o Brasil poderá sofrer com a crise global?**

**José Luís Oreiro** - Vai depender do que vai acontecer com a crise global. Temos dois cenários possíveis. Um deles é morno, de aterrissagem suave dos países envolvidos, em que eles vão continuar crescendo, mas um cresci-

mento baixo; ou talvez até entrar em recessão, mas nada muito grave. Nesse cenário, o Brasil não é muito prejudicado, pelo menos no curto prazo. Ou seja, os capitais continuarão a vir para o Brasil e, portanto, não teremos a repetição de 2008. Outro cenário é o de Lehman Brothers II<sup>1</sup>. Se for esse o caso, a coisa complica bastante. Podemos ter uma parada súbita da entrada de capitais no Brasil e, se isso ocorrer com esse déficit de conta corrente que temos hoje, as coisas podem realmente ficar bem complicadas e o dólar em algumas semanas pode disparar.

#### **LEIA MAIS...**

>> José Luís Oreiro já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line.

\* Crise econômico-financeira. Projeções para 2009. Entrevista publicada em 19-11-2008, nas Notícias do Dia, disponível em <http://bit.ly/q89FZp>

\* A atual política cambial é absolutamente perversa quanto ao PIB. Entrevista publicada na edição 338, de 09-08-2010, disponível em <http://bit.ly/nzHops>

\* Projeto Ômega e desindustrialização, publicada em 12-7-2010, nas Notícias do Dia, disponível em <http://bit.ly/cAAo4X>

\* Mudanças silenciosas. Entrevista publicada na edição 356, de 04-04-2011, disponível em <http://bit.ly/nLg9m2>

1 Lehman Brothers Holdings Inc.: banco de investimento e provedor de outros serviços financeiros, com atuação global, sediado em Nova Iorque. Era uma empresa global de serviços financeiros que, até declarar concordata em 2008, fez negócios no ramo de investimentos de capital venda em renda fixa, negociação, gestão de investimento. Seu negociante principal era o tesouro americano no mercado de valores mobiliários. (Nota da IHU On-Line)

**8 de setembro**

**Ciclo de Estudos: Perspectivas do Humano**

**O fazer filosófico e a praxis política desde**

**Ignacio Ellacuría**

**Prof. Dr. José Mora Galiana - Universidad Pablo Olavide,**

**Sevilla - Espanha**

**Informações em [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)**

## “Os bancos estão sendo salvos pelo Estado”

Maria Lúcia Fattorelli entende que a crise atual não é somente financeira, mas que vivemos uma profunda crise de valores, fruto do modelo econômico que prioriza a financeirização, que transforma tudo em mercadoria e que está destruindo o planeta

POR GRAZIELA WOLFART

“O setor financeiro, que foi o responsável por essa crise, foi salvo pelos governos à custa de grande aumento no endividamento público. Esse endividamento está sendo arcado principalmente pela classe trabalhadora mediante a redução de salários e aposentadorias, cortes de direitos, fim do acesso a diversos serviços públicos, aumento da carga tributária, desemprego, despejo e até fome, pois um dos ingredientes da atual crise é a forte especulação com o preço dos alimentos nas bolsas de valores”. A análise é da auditora fiscal Maria Lúcia Fattorelli, em entrevista concedida por e-mail para a IHU On-Line.

Segundo ela, “embora milhões de pessoas estejam perdendo seus empregos, suas casas, seus direitos e até suas vidas, os bancos estão sendo salvos pelo Estado. Essa é a cruel face do capitalismo”. Para Fattorelli, a crise financeira atual já atingiu bastante o Brasil. E continua atingindo: “temos resistido porque o Brasil é muito rico e destinou em 2010 nada menos que 45% dos recursos do orçamento da União (635 bilhões de reais) para o pagamento de juros e amortizações da dívida”.

Maria Lucia Fattorelli é auditora fiscal da Receita Federal e coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida pela Campanha Jubileu Sul. É graduada em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Contábeis Machado Sobrinho, em Juiz de Fora. É especialista em Administração Tributária pela Fundação Getúlio Vargas e organizadora do livro *Auditoria da dívida: uma questão de soberania* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2003). Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Quem são os maiores prejudicados pela crise no setor financeiro mundial?**

**Maria Lúcia Fattorelli** - Em todo o mundo, o custo da crise está sendo repassado para a população. O setor financeiro, que foi o responsável por essa crise, foi salvo pelos governos à custa de grande aumento no endividamento público. Esse endividamento está sendo arcado principalmente pela classe trabalhadora mediante a redução de salários e aposentadorias, cortes de direitos, fim do acesso a diversos serviços públicos, aumento da carga tributária, desemprego, despejo e até fome, pois um dos ingredientes da atual crise é a forte especulação com o preço dos alimentos nas bolsas de valores.

**IHU On-Line - Quais as origens da dí-**

**vida pública na Europa e nos Estados Unidos? O que está na raiz desta crise?**

**Maria Lúcia Fattorelli** - A crise financeira atual tem origem no setor financeiro bancário internacional. Os maiores bancos europeus e estadunidenses enveredaram-se em criativa produção de papéis financeiros sem lastro, os chamados “derivativos”. Diversas séries desses papéis que a grande mídia denomina “ativos tóxicos” foram emitidas pelos bancos e inundaram o mercado financeiro internacional, criando uma verdadeira bolha de papéis podres, sem respaldo em ativos reais. Essa emissão desenfreada de derivativos foi possibilitada por um crescente relaxamento das normas de controle do mercado de capitais e propiciou imensos lucros para os maiores bancos do planeta no primeiro momento, pois

os mesmos lucravam com a venda de derivativos cujo custo era quase zero, já que a maioria não passava de mera “aposta” especulativa em relação a outro ativo. Derivativos deram margem ao surgimento de outro conjunto de papéis que funcionavam como “seguro” para proteger aquelas apostas. O problema surgiu quando aquelas “apostas” se frustraram e o volume de “seguro” a ser pago se mostrou demasiadamente elevado. Nesse momento, aqueles bancos considerados “grandes demais para quebrar” foram salvos pelas nações mediante a emissão de títulos da dívida pública soberana. Assim, a crise do setor financeiro bancário transformou-se em uma crise de dívida pública.

**IHU On-Line - Se as instituições financeiras são “grandes demais para**

quebrar”, por que precisam da ajuda dos governos, que hoje estão endividados por essa causa?

**Maria Lúcia Fattorelli** - A expressão “grandes demais para quebrar” é justamente uma denúncia da cumplicidade existente entre essas grandes instituições financeiras e os respectivos governos. O envolvimento de figuras públicas da equipe econômica de Clinton, Bush e Obama em atos de defesa das maiores instituições do mundo são relatados no livro de Andrew Ross Sorkin (*Too big to fail: Inside the battle to save Wall Street*. Londres: Penguin Books, 2010). Apesar dessas instituições financeiras terem praticado atos abusivos contra a população e lesivos às finanças do país, contaram com a proteção e ajuda governamental para evitar que falissem. Embora milhões de pessoas estejam perdendo seus empregos, suas casas, seus direitos e até suas vidas, os bancos estão sendo salvos pelo Estado. Essa é a cruel face do capitalismo.

**IHU On-Line - Quais os riscos da desregulamentação no mercado financeiro internacional e da autonomia do setor financeiro bancário?**

**Maria Lúcia Fattorelli** - A regulamentação por meio de normas legais e administrativas determina limites de atuação e significa uma segurança para a sociedade de que o setor financeiro - onde depositamos nossa poupança, investimentos, etc. - está sob controle. A desregulamentação é justamente o contrário: deixa o setor financeiro funcionar a seu bel-prazer, e foi justamente essa desregulamentação que possibilitou a criação de tantos produtos financeiros sem lastro, antes mencionados. As teses que defendem a autonomia do setor financeiro e até do Banco Central advogam que tais setores não deveriam submeter-se a uma orientação “política” de determinado governo. Na realidade, tais setores financiam campanhas eleitorais de todos os níveis, em todo o mundo, e colocam os políticos assim eleitos a seu serviço. A atual crise está servindo para escancarar essa prática inescrupulosa que tem custado muito caro à população.

### Medida Provisória 435/2008 - Recursos desvinculados de suas destinações legais estratégicas para a dívida pública em 2008

Fonte de recursos	Valor (R\$)	Destinação Legal
Recursos de Concessões e Permissões	2.155.574.000	Desenvolvimento de projetos nos respectivos setores, conforme legislação específica
Juros de Mora da Receita Administrada pela SRF	1.957.068.000	FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização
Royalties recursos Hídricos	438.524.000	Ministérios do Meio Ambiente (Política Nacional dos Recursos Hídricos), Minas e Energia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Alienação de Bens Apreendidos	23.430.000	FUNDAF, Assistência Social, Fundo Nacional Antidrogas
Royalties Petróleo e Gás Natural	20.373.270.000	Ministério da Ciência e Tecnologia (pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, prevenção e a recuperação de danos causados ao meio ambiente); Comando da Marinha (fiscalização e proteção das áreas de produção)
Honorários de Advogados	1.577.905.000	FUNDAF - especificamente para o programa de incentivo à arrecadação da dívida ativa da União, a cargo da PGFN
Multas da Receita Administrada pela SRF	1.307.747.000	FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização
Outras Contribuições Econômicas	3.992.722.000	Intervenção estatal em atividade econômica específica, vinculada ao órgão competente para esse fim
Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia	7.771.529.000	Respectivos órgãos fiscalizadores
Taxas por Serviços Públicos	119.765.000	Órgãos prestadores dos serviços.
<b>TOTAL</b>	<b>39.717.534.000</b>	

Fonte: SIAFI. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Nota: os recursos que foram desvinculados por meio da MP 435 não se limitam aos indicados acima.

Quadro 1

ATO	Objetivos explícitos: favorecimento ao setor financeiro e grandes corporações
Medida Provisória 442	Cria condições especiais para aceitação de garantias dos bancos comerciais em troca de empréstimos concedidos pelo Banco Central (operações de redesconto)
Medida Provisória 443	Permite ao Banco do Brasil e CEF comprarem instituições financeiras e construtoras
Medida Provisória 445	Destina os lucros da Caixa Econômica Federal para a garantia de empréstimos das construtoras.

Quadro 2

**IHU On-Line - Como o Brasil tem se colocado diante desta crise? Qual deveria ser a postura do país? Corremos o risco de ser atingidos pela crise?**

**Maria Lúcia Fattorelli** - No primeiro momento a crise estourou no hemisfério Norte porque os grandes bancos dos EUA e Europa foram os responsáveis pelas operações de derivativos e seus respectivos seguros, que se revelaram “podres”. A crise afetou o Brasil em 2008 devido à forte fuga de capitais e ao abalo sofrido por algumas instituições financeiras que haviam efetuado aplicações naqueles papéis podres. A crise agravou a exigência de recursos

para o cumprimento dos pagamentos de juros e amortizações e serviu de justificativa para a utilização da Medida Provisória 435, que havia sido enviada por Lula ao Congresso Nacional em junho/2008, para transferir ao setor financeiro vultosas somas de recursos vinculados a áreas estratégicas do país, conforme quadro número 1.

Para se ter uma ideia do impacto da crise no Brasil, os juros efetivamente praticados nos leilões de títulos da dívida interna alcançaram 18,56% em outubro/2008 enquanto a Selic estava em 13,75%.

Várias medidas foram editadas no

Brasil, todas com o viés de favorecimento ao setor financeiro e às grandes corporações, tais como (ver quadro 2).

Em meio à aprovação dessas medidas, houve queda do PIB e da arrecadação tributária em 2008, o que serviu de justificativa para corte de gastos sociais da ordem de 24 bilhões de reais no início de 2009. Mas poucos meses depois emprestavamos 10 bilhões de dólares ao FMI, sob a declaração pública do presidente Lula de que “é chique emprestar ao FMI”.

Essas e várias outras medidas exuseram o domínio do setor financeiro em nosso país, cujo aspecto central é o endividamento público. A crise evidenciou a anomalia do modelo econômico vigente que promove a contínua transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado, e o veículo dessa transferência é o “Sistema da Dívida”.

Questionável postura que vem sendo adotada pelo Brasil é o contínuo engugamento de dólares que ingressam no país diariamente mediante a sua troca por títulos da dívida interna que pagam os juros mais elevados do mundo. Tal operação tem provocado prejuízos brutais ao Banco Central - 147 bilhões de reais em 2009 e 50 bilhões em 2010 - que são arcados pelo povo, tendo em vista que são repassados ao Tesouro Nacional e cobertos com mais títulos da dívida ou por cortes de gastos e investimentos públicos. O Banco Central fica com os dólares, destinando-os para investimentos no exterior, principalmente em títulos do tesouro estadunidense que não rendem quase nada e ainda financiam as políticas norte-americanas, tais como o salvamento de bancos falidos e a manutenção de uma máquina de guerra em todo o mundo.

Como visto acima, essa crise já nos atingiu bastante e continua atingido. Temos resistido porque o Brasil é muito rico e destinou em 2010 nada menos que 45% dos recursos do orçamento da União (635 bilhões de reais) para o pagamento de juros e amortizações da dívida. Infelizmente nossa população está anestesiada devido a tantos séculos de exploração, diferentemente do povo europeu que ocupa diariamente as ruas

## “Em todo o mundo, o custo da crise está sendo repassado para a população”

em protestos e imensas manifestações contra a retirada de direitos.

O mais grave é que já identificamos diversos mecanismos que significam o risco de transferência ainda mais expressiva dessa crise para o Brasil.

**IHU On-Line - Nesse contexto de crise, é recomendável que o Brasil invista suas riquezas (por exemplo, o fundo social do pré-sal) em “ativos internacionais”?**

**Maria Lúcia Fattorelli** - Creio que a resposta mais prudente seria NÃO, pois além do evidente risco de adquirirmos os ativos “tóxicos”, que são material abundante no mercado financeiro internacional, nosso país - campeão em desigualdades sociais e regionais - tem inúmeras destinações aqui mesmo para a realização de investimentos reais. Diante disso, não se compreende a razão pela qual a lei n. 12.351, aprovada na véspera do Natal de 2010, determinou<sup>1</sup> que a aplicação dos recursos do Fundo Social do Pré-sal - FS será realizada da seguinte forma: “investimentos e aplicações do FS serão destinados preferencialmente a ativos no exterior”. Tal operação representa efetivo risco de absorção, para o Fundo Social do Pré-Sal, dos abundantes ativos tóxicos que contaminam as economias da Europa e Estados Unidos, cujo rendimento será nulo. A presidente Dilma chegou a afirmar que pretende utilizar os recursos do pré-sal para reduzir a pobreza e para outras áreas sociais. Porém, a lei aprovada pelo Congresso Nacional prevê que os recursos do pré-sal serão destinados ao exterior, e somente o rendimento desse fundo será destinado para as áreas sociais. Na realidade, o Fundo Social corre o risco de se tornar o “lixão” que aliviará de vez os trilhões de papéis podres que ainda inundam o sistema financeiro internacional.

<sup>1</sup> Lei 12.351, de 22-12-2010, Art. 50, parágrafo único. (Nota da entrevistada)

Também não se compreende a razão pela qual a lei n. 11.887/2008, que criou o Fundo Soberano - FSB, determinou que os “recursos do FSB serão utilizados exclusivamente para investimentos e inversões financeiras (...) sob as seguintes formas: I - aquisição de ativos financeiros externos (...)”. Para aumentar ainda mais o risco, as alterações introduzidas pela recém aprovada lei 12.409/2011 permitiram que a União emitisse, a valor de mercado, sob a forma de colocação direta em favor do FSB, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal. Evidenciase, dessa forma, a nítida operação de troca de “ativos internacionais” por títulos da dívida brasileira, passando pelo Fundo Soberano. Este é mais um risco de importação de papéis podres para o país e mais uma evidência de que o instrumento da dívida pública foi usurpado pelo mercado financeiro, deixando de funcionar como um mecanismo de financiamento do Estado para se tornar um produto financeiro que possibilita grandes negócios.

**IHU On-Line - Qual a importância da auditoria da dívida nesses países em crise?**

**Maria Lúcia Fattorelli** - O grande mérito da auditoria da dívida é a oportunidade de acessar provas e documentos que revelem a verdade: a natureza e a origem da dívida; as ilegalidades e ilegitimidades; os beneficiários e os responsáveis, propiciando ações de ordem legal e política, em busca da Justiça. As experiências de auditoria da dívida na América Latina - auditoria oficial no Equador e auditoria cidadã no Brasil - bem como as investigações da recente CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados provaram que, desde a década de 1970, a dívida externa com a banca privada internacional favoreceu unicamente aos bancos credores, pois nos últimos 40 anos esse tipo de dívida representou transferências líquidas brutais ao exterior, ao mesmo tempo em que a dívida se multiplicava por ela mesma. A atual dívida interna brasileira é também externa, pois grande parte dos títulos encontra-se em poder de bancos, fundos de pensão e fundos de investimento estrangeiros, que obtêm lucros exorbitantes face à incidência

de juros altos sobre a variação cambial, isentos de tributos.

A auditoria da dívida também provou que a crise financeira que abalou as economias do Terceiro Mundo no início da década de 1980 foi provocada pelos mesmos grandes bancos privados internacionais que controlavam o Federal Reserve System - FED (Sistema de Reserva Federal) e a Associação de Bancos de Londres<sup>2</sup> - que procederam a elevação unilateral dessas taxas de 6% para mais de 20%. Evidenciou também que a crise provocada pelos bancos abriu a oportunidade para a interferência expressa do FMI em nossas economias, impondo planos de ajuste fiscal idênticos aos que agora são impostos à Europa. A história se repete. Crises provocadas pelos bancos são transferidas às Nações por meio do endividamento público. O Equador deu uma lição de soberania ao mundo e soube aproveitar os resultados da auditoria da dívida<sup>3</sup>, anulando 70% de sua dívida externa em poder da banca privada internacional, o que está permitindo aumento dos investimentos sociais principalmente em saúde e educação, bem como a construção de

<sup>2</sup> Instituições que ditavam as taxas de juros internacionais que regiam os contratos: Prime e Libor. (Nota da entrevistada)

<sup>3</sup> O Equador realizou auditoria oficial de sua dívida pública criando comissão de auditoria por meio de decreto presidencial. Cf. <http://www.auditoriadeuda.org.ec/> (Nota da entrevistada)

**“Há uma saída e ela só terá sucesso se for coletiva; e creio que somos muitos lutando por isso”**

rodovias de concreto, dentre outros investimentos reais. É muito importante que os países europeus também iniciem rapidamente uma auditoria da dívida - seja oficial, cidadã ou parlamentar. Nesse sentido, a Irlanda já iniciou os trabalhos de forma cidadã<sup>4</sup>, utilizando nossa experiência brasileira como exemplo. Da mesma forma, o documento final de grande conferência realizada em Atenas em maio/2011<sup>5</sup> concluiu pela necessidade de organizar uma comissão de auditoria cidadã, também mencionando a experiência brasileira.

**IHU On-Line - Existe uma solução coletiva possível para reverter a crise financeira? Quais os possíveis caminhos para essa solução?**

**Maria Lúcia Fattorelli - Creio que sim.**

**Há uma saída e ela só terá sucesso se**

<sup>4</sup> Cf. <http://www.debtireland.org/news/2011/05/04/citizens-debt-audit-for-ireland-launched/> (Nota da entrevistada)

<sup>5</sup> Cf. <http://eleg.gr/details.php?id=134> (Nota da entrevistada)

for coletiva; e creio que somos muitos lutando por isso. Essa crise não é somente financeira. Vivemos uma profunda crise de valores, fruto do modelo econômico que prioriza a financeirização, que transforma tudo em mercadoria e que está destruindo o planeta. O desespero de milhões de famílias que estão pagando a conta da “epidemia de fraudes” dos bancos é infame. Além disso, assistimos a crise alimentar, a crise ecológica/ambiental, e principalmente a crise social marcada por violência e inaceitável abismo social que condena milhões de seres humanos à exclusão. Os caminhos para solucionar todos esses problemas são diversos, mas todos passam pelo conhecimento da realidade e pelo empoderamento da população que paga a conta e sofre as consequências, a fim de que possa ser construída ampla consciência que irá influenciar os governantes e dirigentes de todos os níveis e pressioná-los para que, ao alcançar posição de comando, passem a servir à sociedade e não aos mercados.

#### LEIA MAIS...

>> Maria Lúcia Fattorelli já concedeu outra entrevista à IHU On-Line:

\* Dívida pública e juros. Quem paga a conta? Entrevista publicada nas Notícias do Dia de 25-05-2010, disponível em <http://bit.ly/92cmYk>

## CICLO DE ESTUDOS: PERSPECTIVAS DO HUMANO

DATA DE INÍCIO: 16/08/2011

DATA DE TÉRMINO: 25/09/2011

INFORMAÇÕES EM [HTTP://MIGRE.ME/5uPKG](http://migre.me/5uPKG)

## Política econômica preventiva. “A redução da taxa Selic é positiva”

“A tendência é que a crise econômica mundial se agrave porque todas as medidas de estímulo adotadas nos EUA e na Europa não renderam os resultados esperados”, constata o economista Amir Khair

POR PATRICIA FACHIN E RAFAELA KLEY

**A**s medidas de prevenção à crise econômica global anunciadas pelo governo federal brasileiro estão corretas e se contrapõem à tendência de estagnação econômica europeia e estadunidense. A redução da taxa Selic em 0,5% ao ano é positiva e sinaliza que os juros tendem a baixar no país. Se isso acontecer, “haverá uma grande economia das despesas do governo e, portanto, sobrarão recursos para investimento e desenvolvimento da área social, que é o que importa para gerar desenvolvimento de forma sustentada e socialmente justa”, avalia Khair.

Em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, o economista menciona que a principal despesa do governo federal nos últimos 15 anos é com os juros. De 1995 a 2010, eles representaram 7,4% do PIB. “O Brasil está jogando dinheiro fora com os juros. À medida que a Selic baixar, o país terá uma economia com a conta de juros fantástica”, assinala. Se a taxa de juros se manter em 12% ao ano até dezembro deste ano, o Brasil “vai atingir 60 bilhões de acréscimo da despesa com juros. Ora, 60 bilhões de acréscimo das despesas com juros equivale a todo o esforço que o governo fez no início do ano para cortar 50 bilhões do orçamento e aumentar, nesta semana, 10 bilhões do superávit primário”, aponta. Na entrevista a seguir, Khair também comenta o aumento de 10 bilhões do superávit primário para pagar a dívida pública e menciona que a elevação salarial prevista para o próximo ano poderá ser positiva para controlar a inflação.

Amir Khair é mestre em Finanças Públicas pela Fundação Getúlio Vargas - FGV-SP. Foi secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992). É consultor na área fiscal, orçamentária e tributária. Confira a entrevista.

**IHU On-Line - A crise econômica internacional pode prejudicar o Brasil? A equipe econômica do governo está correta ao anunciar medidas de prevenção à crise?**

**Amir Khair -** A crise econômica mundial está sendo sentido por muitos países, inclusive o Brasil. A tendência é que ela se agrave porque todas as medidas de estímulo adotadas nos EUA e na Europa não renderam os resultados esperados e essas economias estão se deteriorando cada vez mais. Toda vez que é publicada alguma informação sobre as perspectivas feitas pelos organismos internacionais em relação ao desempenho dessas economias, rebaixam-se as previsões de crescimento para a quase estagnação dos EUA e de

alguns países da Europa. Essas economias, que hoje são as mais fortes, já estão afetando as economias de todo o mundo. Portanto, o Brasil age corretamente ao tentar se contrapor a essa tendência de estagnação e retração da economia mundial com medidas que vão na direção certa, entre elas, em relação à Selic, que é, por si só, uma anormalidade. Independentemente de a economia mundial estar bem ou mal, não faz o menor sentido o Brasil, há mais de 15 anos, ostentar a taxa de juros mais alta do mundo. Esse parece ser um país em que campeia o financismo, quer dizer, onde não há possibilidade de se dar mais valor à economia real do que à parte relativa da cobrança de juros extorsivos.

**IHU On-Line - Então foi importante reduzir os juros em 0,5% ao ano nesse momento? Qual é o significado dessa redução? Ela pode gerar algum impacto para a inflação?**

**Amir Khair -** A inflação, na minha avaliação, é independente da Selic. Não existe nenhum banco no mundo que trabalhe com a taxa de juros básica tão elevada. Se realmente a taxa de juros resolvesse o problema da inflação, o Brasil teria deflação. Para se ter uma ideia, na China a taxa de juros Selic é de 3% ao ano. A taxa média dos países emergentes equivale, aproximadamente, à inflação. Então, como a inflação está por volta de 5 a 6% nos países emergentes, as taxas de juros básicas que correspondem à Selic de 5 a 6%.

O Brasil, hoje, é destacado em relação à taxa de juros, a qual causa distorções na economia brasileira. A principal distorção é aquela que desestimula o investimento das empresas porque o empresário, ao ver uma taxa de juros tão alta, pensa o seguinte: “Será que vale a pena eu investir no meu negócio, com risco, ou, é preferível aplicar o dinheiro rendendo a uma taxa de juros tão boa, que me permita retirar a aplicação a qualquer momento?” Quer dizer, há um desestímulo ao investimento no Brasil, uma distorção no câmbio, que supervaloriza o real - hoje, comprar produtos no Brasil está mais caro do que comprar na Europa ou nos EUA. Isso impede que as contas públicas fiquem em ordem porque o governo fez uma economia de 3 ou 3,5% nas suas despesas e as taxas de juros cresceram, nos últimos sete meses deste ano em relação ao ano passado, 48,3% com juros, enquanto as despesas do governo sem os juros cresceram 11%. Isso mostra o estrago que as taxas de juros causam nas contas públicas do Brasil, fora o fato de que elas servem de atrativos para a vinda de capital especulativo externo. Essa é uma das questões que roubam dinheiro no Brasil, porque os investidores pegam dinheiro a uma taxa praticamente zero no mercado internacional e aplicam a 12% no Brasil.

**IHU On-Line - O aumento do salário mínimo previsto para o próximo ano pode resolver o problema da inflação e aumentar o poder de compra das famílias?**

**Amir Khair** - Sim, porque quando há elevação do salário mínimo, há crescimento econômico garantido, pois dá-se uma injeção de ânimo na economia: aumenta a produção, o consumo, as empresas investem mais e o governo passa a arrecadar mais. Há um engano na avaliação de vários economistas de consultorias no sentido de que, quando se eleva o salário mínimo, se tem uma despesa fiscal grande que vai perturbar as contas públicas. Isso não é verdade. Há realmente um adicional de despesas, mas, por outro lado, tem-se um adicional muito maior de arrecadação. Então, o resultado final, quando se aumenta o salário mínimo, é a melhora das contas do país. Com relação à inflação, a condução do processo

inflacionário vem do exterior, através dos preços das commodities e dos alimentos. É possível controlar a inflação da economia interna através de medidas macropotenciais, que controlam a oferta de crédito e o custo do crédito, e não através da Selic. Essas são medidas adequadas porque possibilitam controlar o consumo agindo sob uma das “pernas” principais da evolução do consumo, que é o crédito e, na outra ponta, a massa salarial. Então, quando se consegue controlar a velocidade do crédito, tornando-a compatível com o crescimento da massa salarial, consegue-se controlar o consumo e, ao mesmo tempo, evitar a inadimplência das pessoas e das empresas.

**“Quando há elevação do salário mínimo, há crescimento econômico garantido, pois dá-se uma injeção de ânimo na economia”**

**IHU On-Line - O que significa o aumento de 10 bilhões no superávit primário deste ano? De acordo com o argumento do governo, esse recurso ajudará a organizar as contas públicas do país. É isso mesmo? O que muda em relação à dívida pública a partir dessa decisão?**

**Amir Khair** - O governo está tendo um desempenho na sua arrecadação superior ao que se estimava. A elevação desses 10 bilhões tem uma composição que está ligada à melhora da atividade econômica, especialmente no início do ano; à maior eficácia na fiscalização, que está sempre crescendo em função das notas fiscais eletrônicas; e à redução da inadimplência na medida em que os contribuintes passam a recolher mais pontualmente as suas obrigações tributárias. Há também dois fatores importantes: a Vale perdeu na Justiça uma ação e transferiu 5,8 bilhões de recursos ao Tesouro Na-

cional; e a implementação do Programa de Recuperação Fiscal - Refis tem permitido que os devedores paguem suas dívidas a prazos mais longos. Essas ações fazem com que o governo tenha arrecadações extras bastante importantes. Então, em vez de gastar esses 10 bilhões, o governo utilizará o recurso para abater a dívida pública. Ao fazer isso, ele sinaliza ao mercado que está atento à questão da dívida. Da mesma forma, quando a Selic cai, também há a clara percepção de que a dívida do país começará a cair.

**IHU On-Line - Por que, em sua opinião, o aumento da meta de superávit representa uma submissão do governo ao mercado financeiro?**

**Amir Khair** - Quem sempre comandou o Banco Central foi o mercado financeiro. Quando o mercado não comanda o Banco Central, como aconteceu no dia 6 de dezembro do ano passado, ocasião em que o mercado queria elevar a Selic e o Banco Central interveio com medidas macropotenciais, houve uma “gritaria geral”, porque o mercado financeiro vive da Selic elevada; ela é uma das maiores fontes de lucro dos bancos. Quando o governo faz medidas macropotenciais e eleva o custo dos bancos, eles reclamam. Então, todos os economistas que criticam a queda dos juros têm alguma ligação com o mercado financeiro.

O mercado financeiro, que sempre comandou o Banco Central, agora está chateado e coloca a culpa no governo. Se houver alguma influência no Comitê de Política Monetária - Copom, prefiro que seja do governo que é responsável pela inflação e não do mercado financeiro.

**IHU On-Line - Qual é a melhor maneira de administrar a dívida pública externa?**

**Amir Khair** - A dívida pública externa já está bastante baixa, ela deve estar por volta de 70 a 80 bilhões de dólares e o Brasil tem uma reserva de aproximadamente 350 bilhões de dólares. Então, a dívida externa é muito baixa em relação à reserva e, portanto, não há motivo de preocupação. Ela vai cair naturalmente na medida em que o governo, tendo excedentes em dólares, vai poder abatê-la. Se o real depreciar perante o

dólar, ou seja, em vez de o dólar valer R\$1,60 e passar a valer R\$2,00, por hipótese, a dívida vai cair fortemente no Brasil, porque o país tem mais crédito em dólar do que débito. Para as contas públicas, qualquer depreciação da moeda brasileira, que no passado gerava inflação, será positiva.

**IHU On-Line - Especula-se que o governo programa desindexar a caderneta de poupança e atrelá-la à Selic. O que muda, na prática e quais as consequências disso para a economia real?**

**Amir Khair** - Na realidade, a caderneta de poupança tem um piso, que é a remuneração de aproximadamente 6% ao ano, o que equivale a 0,5% ao mês. Quando se baixa a Selic, as outras aplicações a título do governo ficam inferiores à caderneta de poupança; então todo mundo iria aplicar em caderneta de poupança, criando um problema sério da administração da dívida pública. Na medida em que o governo tira este piso de aproximadamente 6%, permite que a caderneta de poupança acompanhe, de alguma forma, a Selic. Este é o objetivo. Então, o aplicador não sairá prejudicado: se a Selic crescer, ele terá uma remuneração maior; se ela baixar, também terá uma aplicação do dólar menor, com resultado menor. Mas esta decisão tem que passar pelo Congresso; é ele quem decide.

**IHU On-Line - O governo pretende aprovar a criação de um fundo de pensão dos funcionários públicos; criar um limite para a evolução das despesas de custeio; e aprovar o projeto de lei que limita a expansão anual do gasto com salários do funcionalismo. Especula-se que esse aperto fiscal forte dará ao Brasil, nos próximos 10 anos, espaço para o desenvolvimento com recursos próprios. Como o senhor vê essa possibilidade? O Brasil tem condições de se livrar da dependência do capital externo e crescer com recursos próprios?**

**Amir Khair** - O Brasil tem plena independência e condições para isso. A principal despesa que o governo tem, e que estranhamente não é citada na opinião dos jornais e noticiários, é em relação aos juros, que representaram, nos úl-

timos 16 anos (1995 a 2010), 7,4% do PIB. Quer dizer, é uma conta que praticamente não existe em nenhum país do mundo, considerando que a média internacional é por volta de 1,8% do PIB. Então, o Brasil está jogando dinheiro fora com os juros. À medida que a Selic baixar - parece que finalmente isso vai acontecer -, o país terá uma economia com a conta de juros fantástica. Para se ter uma ideia, nos primeiros sete meses deste ano, as despesas do governo, sem incluir os juros, subiram 11% em valores nominais, sem retirar a inflação, e os juros subiram 48%. O Brasil gastou cerca de 35 bilhões de juros a mais neste ano em relação ao ano passado. Se a Selic continuar no nível de 12%, no final deste ano o país vai atingir 60 bilhões de acréscimo da despesa com juros. Ora, 60 bilhões de acréscimo das despesas com juros equivale a todo o esforço que o governo fez no início do ano para cortar 50 bilhões do orçamento e aumentar, nesta semana, 10 bilhões do superávit primário. Então, no futuro, o que acontecerá com as contas públicas se a Selic começar a caminhar para o nível internacional, que seria algo em torno de 6%? Haverá uma grande economia das despesas do governo e, portanto, sobrarão recursos para investimento e desenvolvimento da área social, que é o que importa para gerar desenvolvimento de forma sustentada e socialmente justa.

**IHU On-Line - O projeto orçamentário do governo pretende expandir o gasto público acima do crescimento do PIB em 2012. Como o senhor vê essa questão?**

**Amir Khair** - O governo faz o orçamento, mas nem sempre o executa da maneira prevista. Normalmente, faz-se um orçamento e, no início do ano, uma estimativa dos gastos, mas nem sempre as condições são aquelas previstas: o país pode começar a crescer, pode ser que a inflação suba ou desça, o câmbio pode se modificar, etc. O fato é que o governo reestima a arrecadação dele, e se esta arrecadação for inferior ao que foi previsto no orçamento, ele faz o contingenciamento, ou seja, segura a despesa e não autoriza gastos para poder adequar as despesas à nova receita prevista. Quem pilota o orçamento é o

**Ministério do Planejamento** e, portanto, ele tem a faca e o queijo na mão para regular o orçamento. Neste ano, o **Ministério** está demonstrando que consegue conter as despesas em um nível inferior ao crescimento do PIB. Consequentemente, ele está dando uma demonstração de competência da gestão do orçamento. Não tenho a menor sombra de dúvida de que em 2012 o governo terá um desempenho fiscal surpreendente, o que vai contestar as análises precipitadas do mercado financeiro, que está tentando colocar um terrorismo. Isso faz parte do jogo político do mercado financeiro, que atua não apenas contra o governo de forma geral, mas contra a sociedade.

**IHU On-Line - Como vê a polêmica em torno da emenda 29?**

**Amir Khair** - A emenda constitucional número 29 quer garantir mais recursos para a saúde, isto vale tanto para estados, municípios, quanto para a União. Na realidade, na União haveria um crescimento da ordem de 35 bilhões a mais de despesas com a saúde. O que a presidente quer é que este valor venha através de alguma forma de receita adicional, porque a própria lei de responsabilidade fiscal torna isso obrigatório. Se há uma situação na qual há um aumento inesperado de despesas, é preciso ter receita correspondente. Portanto, **Dilma** quer que haja outros tipos de tributação, especialmente sobre o cigarro, sobre bebidas alcoólicas. Existe uma série de alternativas que podem ser utilizadas pelo governo e aprovadas pelo Congresso para efeito de se compensar esta elevação de cerca de 35 bilhões do orçamento do governo federal.

**IHU On-Line - O Plano Brasil Maior pode ser visto como uma política industrial eficiente?**

**Amir Khair** - Ele irá ajudar e trará estímulos para a indústria. Entretanto, ele não é suficiente para colocar a indústria em pé de igualdade na competição com os produtos externos. Na realidade, o Brasil precisa ter um câmbio melhor: em vez de 1,60, algo mais próximo a 1,80. Só assim será possível oferecer condição para as empresas competirem com as empresas de fora.

## Por que não defender o *default* e o uso multitudinário do *default*?

O capitalismo contemporâneo é captura sem organização, bloqueio sem desenvolvimento, acumulação sem promessa de progresso, diz Gigi Roggero

POR GRAZIELA WOLFART | TRADUÇÃO MOISÉS SBARDELLOTTI

“**P**ara que se pudesse falar de agentes de desestabilização, seria preciso demonstrar a estabilidade do sistema sem esses agentes, que, ao contrário, são o produto natural do sistema. Como se o problema fosse a multiplicação dos corruptos, e não o sistema que produz, ele mesmo, corrupção. E a interdependência global atingiu um nível tão profundo e irreversível que ninguém pode se considerar protegido. Os comentaristas, às vezes até os aterrorizados formadores de opinião neoliberais, se escandalizam com a completa perda de soberania do Estado-nação, mostrando uma realidade que é evidente para nós há algum tempo. O espetáculo, é preciso dizer, é divertido”. A reflexão é do economista Gigi Roggero, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line. Para ele, “uma nova fase do capitalismo só pode se assemelhar ao aprofundamento da crise permanente, ao aumento da violência em medida inversamente proporcional à possibilidade de organização e de estabilidade”.

Gigi Roggero é formado em História Contemporânea pela Università degli Studi di Torino. É coautor de *Futuro Anteriore. Dai “Quaderni Rossi” ai movimenti globali: ricchezze e limiti dell’operismo italiano* (Roma: DeriveApprodi, 2002). Trabalha no campo da pesquisa social. É doutor pelo Departamento de Sociologia e Ciência Política da Università della Calabria. Atualmente realiza pesquisa de pós-doutorado no Departamento de Política, Instituições e História da Universidade de Bologna, Itália. Confira a entrevista.

**IHU On-Line - De uma forma geral, como o senhor descreve a atual crise financeira mundial que ameaça os Estados Unidos e a zona do euro? Quem são os principais agentes e quais são as causas dessa crise?**

**Gigi Roggero** - Para uma análise mais detalhada e aprofundada da fase atual refiro, em particular, os artigos de Christian Marazzi<sup>1</sup> e Andrea Fuma-

<sup>1</sup> **Christian Marazzi**: professor e diretor de investigação socioeconômica na Universidade della Svizzera Italiana. Também foi professor na Universidade Estadual de Nova York, na Universidade de Pádua, em Lausanne e Genebra. Entre suas obras, citamos *Autonomia* (Cambridge: MIT Press, 2007), *Capital and language* (Cambridge: MIT Press, 2008), em parceria com Michael Hardt e Gregory Conti e *O lugar das meias. A virada linguística da economia e seus efeitos na política* (São Paulo: Civilização Brasileira, 2009). Confira as seguintes entrevistas concedidas por Marazzi à revista IHU On-Line: *Biocapitalismo. A vida no centro do crescimento econômico*, edição 301, de 20-07-2009, disponível em <http://bit.ly/p8v9td>; *Política do comum: uma fonte direta de valor*

galli<sup>2</sup>, que, no sítio Uninomade (uninomade.org), estão acompanhando o desenvolvimento da crise com diários e textos de extraordinária clarividência. Limite-me aqui a algumas considera-

*econômico*, Notícias do Dia 23-03-2009, disponível em <http://bit.ly/d4AqGP>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> **Andrea Fumagalli**: doutor em Economia Política, é professor no Departamento de Economia Política e Método Quantitativo da Faculdade de Economia e Comércio da Università di Pavia, Itália. *Dentre seus vários livros publicados, citamos: Il lavoro. Nuovo e vecchio sfruttamento* (Milão: Punto Rosso, 2006) e *Crisi dell’economia globale. Mercati finanziari, lotte sociali e nuovi scenari politici* (Verona: Ombre corte, 2009). Confira as seguintes entrevistas concedidas por Fumagalli à IHU On-Line: Os impactos da financeirização sobre o sujeito, edição 343 de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/cU1auR>; *As finanças no comando bioeconômico do trabalho vivo*, edição 327, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/c68dqC>; “*Os mercados financeiros são o coração pulsante do capitalismo cognitivo*”, edição nº 302, de 03-08-2009, disponível em <http://bit.ly/brJzel>. (Nota da IHU On-Line)

ções taquigráficas. Primeiro, mostra-se com toda a evidência a miserável mentira de quem, em particular na Europa, anunciou mais de uma vez o fim da crise, buscando dar vida a uma espécie de profecia que se autorrealiza. Se ainda fosse necessário, a fase atual mostra o caráter permanente dessa crise. O andamento em L temido por alguns economistas inicialmente marcados como “catastróficos”, isto é, a queda seguida de estagnação ou recessão sem recuperação, é agora não mais uma previsão, mas sim um fato dado.

Em segundo lugar, o exercício de encontrar os agentes de desestabilização (os especuladores ávidos, os Estados-nação que desperdiçam, as más agências de classificação, etc.) pode ser reconfortante, mas certamente não pode durar muito. A Alemanha,

por exemplo, tentou isso. Recentemente, ela atribuiu a crise à tradicional e alucinada tendência ao desperdício dos países do sul da Europa, agora rebatizados de PIIGS (o segundo I é da Itália, que assim chega à companhia de Portugal, Grécia e Espanha, além da Irlanda, que pertence ao Sul não geograficamente, mas por dado histórico). Como se o desenvolvimento alemão tivesse sido possível, também, pela aquisição de títulos de estado “suínos”, o que torna os bancos alemães prontos para fazer de tudo para evitar a falência da Grécia. Ao mesmo tempo, a China - que declara sua própria superioridade harmoniosa daquilo que está varrendo o mundo - dorme sonos muito agitados diante do possível *default* do seu principal credor, ou seja, aquela ex-potência que, não mais do que 20 anos atrás, foi incautamente declarada única e invencível dominadora de uma história que chegou ao seu fim. E, assim, o pobre vice de Obama, Biden, deve correr para Pequim para dar confusas justificativas sobre o *downgrade* norte-americano aos ex-canalhas da República Popular. Em suma, para que se pudesse falar de agentes de desestabilização, seria preciso demonstrar a estabilidade do sistema sem esses agentes, que, ao contrário, são o produto natural do sistema. Como se o problema fosse a multiplicação dos corruptos, e não o sistema que produz, ele mesmo, corrupção. E a interdependência global atingiu um nível tão profundo e irreversível que ninguém pode se considerar protegido. Os comentaristas, às vezes até os aterrorizados formadores de opinião neoliberais, se escandalizam com a completa perda de soberania do Estado-nação, mostrando uma realidade que é evidente para nós há algum tempo. O espetáculo, é preciso dizer, é divertido.

### A exaustão das opções neoliberal e neokeynesiana

Finalmente, parece-me que as opções predominantes no debate público - a neoliberal e a neokeynesiana, cada uma das quais, obviamente, tem em seu próprio interior diferenças e faces diversas - mostram a sua exaustão.

## “As possibilidades de uma mediação reformista, em sentido clássico, realmente desapareceram”

Sobre a primeira, há pouco a acrescentar: é uma tentativa de repropor com violência uma ortodoxia vazia e irreversivelmente derrotada. A segunda opção começa agora a ver o risco do “*double dip*”, ou seja, do duplo mergulho na recessão no modelo da de 1937. Portanto, seria preciso seguir o primeiro Roosevelt<sup>3</sup>, o pragmático “atuador” das receitas do Lord Keynes, evitando dar fim àquele que se deixou convencer da necessidade de colocar as contas públicas novamente em ordem a todo custo. Mas, evidentemente, não entendem que esse tipo de política estava ligado a um contexto específico, o do Estado-nação, e a uma relação historicamente determinada entre público e privado, agora definitivamente decaídos.

Sobre a dívida soberana, depois, a receita das duas opções, de direita e de esquerda, se unifica: sacrifícios e austeridade se tornam palavras de ordem dramaticamente esculpidas na necessidade da história. E então por que não começar a dizer, como já estamos fazendo há algum tempo: direito à falência? Direito à falência, sobretudo, para os trabalhadores precários, os pobres que recorreram ao perverso sistema da dívida para garantirem necessidades sociais conquistadas e agora financeirizadas. E contra a objetividade da austeridade e o uso capitalista do medo do *default*, por que não defender o *default* e o uso multitudinário do *default*? O caso da Argentina e da insurreição de 2001 não nos indicam, talvez, esse caminho?

<sup>3</sup> Franklin Delano Roosevelt: (1882-1945): 32º presidente dos Estados Unidos (1933-1945), o único a ser eleito mais de duas vezes presidente. É considerada uma das figuras centrais da história do século XX. Foi um dos presidentes mais populares da história americana, tendo emergido a nação da grande depressão de 1930. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line - Como o conceito de capitalismo cognitivo se aplica a esse cenário de crise financeira e de uma possível crise do capitalismo como nós a conhecemos?

**Gigi Roggero** - A crise é a crise do capitalismo cognitivo. Ou melhor, o capitalismo cognitivo significa crise. E significa crise permanente, porque ele é obrigado a capturar continuamente, no início, uma cooperação social que não consegue mais organizar no fim. A acumulação está fundamentada na necessidade desesperada de valorizar saberes e redes que estruturalmente a excedem e, ao mesmo tempo, deve bloquear essa extraordinária mobilização de forças produtivas para manter o comando. Pense-se nas redes sociais: foram criados por uma cooperação social não organizada pelo capital; depois, se tornaram lugares centrais da valorização e dos mercados financeiros. Porém, as redes sociais, os saberes e as relações que neles vivem e que os fazem viver foram determinantes nas revoltas na Europa e nos movimentos insurrecionais na Tunísia e no Norte da África. Esse é o trabalho cognitivo: não um setor específico da força de trabalho, mas sim um sujeito que produz saberes, que, ao mesmo tempo, são explorados pelo capital e podem ser usados para a sua própria autonomia. No movimento italiano, por exemplo, alguns ativistas parecem sentir uma certa desilusão com relação ao capitalismo cognitivo. Diante dos cortes nas universidades, na formação e na pesquisa, buscam explicar aos capitalistas italianos - juntamente com os formadores de opinião neoliberais - quais são os seus verdadeiros interesses, esperançosos em uma evolução linear e progressiva do próprio capitalismo cognitivo. São estupidezes perigosas. De um lado, os capitalistas italianos - assim como muitos outros capitalistas em giro pelo mundo - não investem na chamada “economia do conhecimento”, justamente porque estão perfeitamente conscientes dos seus interesses e dos seus respectivos papéis nas hierarquias do mercado global do capitalismo cognitivo. De outro lado, porque dizer capitalismo cognitivo não quer dizer evolução linear e progressiva, mas justamente - como dizia antes

- crise permanente. Sejam claros: o capitalismo contemporâneo é captura sem organização, bloqueio sem desenvolvimento, acumulação sem promessa de progresso. De um lado, os saberes são centrais nos processos de valorização capitalista; de outro, escolas e universidades cessam definitivamente de ser um elevador para a mobilidade social, e a precariedade se torna condição permanente. Isso não contradiz o capitalismo cognitivo, porque o capitalismo cognitivo só pode ser essa contradição.

**IHU On-Line - Considerando a perspectiva de uma crise do capitalismo, o que poderia substituí-lo? Como seria essa nova etapa do capitalismo?**

**Gigi Roggero** - Vejamos primeiro quem pensou e continua pensando que pode salvar o capitalismo. Eu falava da opção keynesiana: muitos, agora, começam a se convencer de que, mais do que ser forçado a um compromisso com os republicanos, Obama está usando a oportunidade para fazer aquilo que politicamente é válido. Há bons e abundantes argumentos para demonstrar essa tese. No entanto, me parece ainda mais interessante, forçando obviamente a realidade, considerar Obama como uma espécie de significativo vazio, de vez em quando preenchido e utilizado por diferentes sujeitos. A “esperança” da sua campanha eleitoral, além disso, não tinha um sujeito determinado e, portanto, se abria potencialmente ao uso de todos. O Obama do “Yes, we can” podia, assim, ser utilizado pelos latinos, cujos movimentos haviam afirmado o “sim, é possível”, ou pelos afro-americanos em busca de justiça social e de vingança contra o racismo, assim como pelos patriotas norte-americanos sacudidos pelo mau serviço prestado ao prestígio da nação pela era Bush. Agora, levemos em consideração o significativo ocupado pelos liberais e pela esquerda democrática, inclinado pelas políticas keynesianas. Parece-me ser, sobretudo, este o Obama que fracassa. E fracassa de modo estrutural, sem que isso, obviamente, retire um pingão de responsabilidade das suas embaraçosas incertezas e sempre mais claras escolhas de campo. Uma nova

## “A financeirização é a forma, adequada e perversa, da economia real de hoje”

fase do capitalismo, então, só pode se assemelhar a essa, ao aprofundamento da crise permanente, ao aumento da violência em medida inversamente proporcional à possibilidade de organização e de estabilidade. Michael Hardt<sup>4</sup> e Toni Negri<sup>5</sup> realmente acertam no alvo quando dizem que o uno se dividiu em dois. As possibilidades de uma mediação reformista, em sentido clássico, realmente desapareceram.

**IHU On-Line - Qual sua opinião sobre transformar a economia em um negócio basicamente financeiro como um passo para resolver a crise atual?**

**Gigi Roggero** - A passagem já ocorreu. A financeirização é a forma, adequada e perversa, da economia real de hoje. Ou seja, a forma da captura do comum, daquilo que é produzido pela cooperação social e explorado pelo capital. Pensemos nos últimos dez anos: foi uma sucessão, a uma rapidez enlouquecedora, de bolhas globais de

4 Michael Hardt (1960): teórico literário americano e filósofo político radicado na Universidade de Duke. Com Antonio Negri escreveu os livros internacionalmente famosos *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003) e *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005). (Nota da IHU On-Line)

5 Antonio Negri (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000 publica o livro-manifesto *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, ele vive entre Paris e Veneza, escreve para revistas e jornais do mundo inteiro e publicou recentemente *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt. Sobre essa obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da IHU On-Line, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior da dupla, *Império*. Ele foi apresentado na primeira edição do evento *Abrindo o Livro*, promovido pelo IHU, em abril de 2003. Em 2003 esteve na América do Sul (Brasil e Argentina) em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. (Nota da IHU On-Line)

efeitos enormes - da *net economy* aos *subprimes* da explosão da dívida soberana, e já se fala da bolha ecológica e da bolha das redes sociais. Do ponto de vista econômico, a forma-bolha substituiu a forma-ciclo. Mas o que existe dentro dessas bolhas? Existe a rede, isto é, a cooperação; existe a dívida, ou seja, o *welfare* e as necessidades sociais; existe a vida, existe a produção do ser humano através do ser humano. O comum é a carne da bolha. A financeirização, com as suas bolhas fora de medidas, são a forma de um processo de acumulação que não pode mais medir a atividade do trabalho vivo.

**IHU On-Line - Quais são os principais riscos da ligação íntima entre as esferas pública e privada no desenvolvimento capitalista? Como isso aparece na crise atual?**

**Gigi Roggero** - Não sei se é um risco; certamente é um fato. Já falei, em várias ocasiões, do processo de empresarialização da universidade, que não se refere ao seu estatuto jurídico e ao fato de ser financiada pelo Estado ou pelas empresas, mas sim ao seu devir empresa, isto é, ter que funcionar segundo parâmetros da renda/lucro, da acumulação e da exploração, da competição em um mercado da formação global. Universidade-empresa, portanto, significa uma universidade além da relação entre público e privado. Dou outro exemplo. Recentemente, na Itália, uma grande mobilização permitiu a vitória do referendo contra a privatização da água. O lema “Água bem comum” é, ao mesmo tempo, extraordinariamente importante e problemático. Extraordinariamente importante porque indica como o comum se tornou um tema majoritário. Problemático por dois motivos. De um lado, por causa de uma ideia naturalista do próprio comum, algo que vive dentro de um espaço a ser defendido enquanto não contaminado pela subsunção do capital. Ao contrário, o que torna comum o comum não é uma suposta natureza, mas sim o trabalho vivo e as lutas. Não há comum fora de uma relação de produção e de uma relação de forças. A água, assim como o saber, se torna comum no momento em que

a cooperação social se apropria dela coletivamente. O comum não existe *in natura*, mas se institui. De outro lado, esse declínio do bem comum coincide com a gestão pública, isto é, da administração estatal: é o que é produzido por todos e não pertence a ninguém, ou seja, pertence ao Estado. Com isso, eu não quero absolutamente insinuar que as lutas contra as privatizações perdem sentido: realmente não! Ao contrário, essas lutas não devem ficar no meio do caminho, porque combater o privado defendendo o público é como confiar o cordeiro ao lobo. O nó político na crise, então, é a transformação das mobilizações contra a privatização e a financeirização em organizações das instituições do comum.

**IHU On-Line - Quais são as oportunidades e os riscos oferecidos pela atual crise financeira? Que lutas sociais poderiam aparecer de dentro desse cenário de crise nos Estados Unidos e na Europa? Como você percebe a reação da sociedade civil diante das medidas do governo que visam enfrentar a crise?**

**Gigi Roggero** - Entre 2007 e 2008, quando começamos, no Uninomade, a desenvolver a nossa análise sobre a crise econômica global, não podíamos registrar a deflagração de novos ciclos de luta, ou melhor, estes assumiam um caráter fragmentário e não generalizado. Hoje, podemos constatar como, também a partir desse ponto de vista, o conceito de ciclo que deve ser completamente repensado: no momento em que a crise se torna não mais fase específica, mas elemento permanente e horizonte insuperável do capitalismo cognitivo, as lutas assumem uma temporalidade diferente. Elas esperam e atacam o inimigo onde ele é mais fraco, agem por contágio e explodem como bolhas - bolhas que, como dizíamos, não são eventos metafísicos, mas estão cheias de carne e sangue do trabalho vivo, cheias de conflitos e pro-

cessos de organização; estão cheias do comum. Assim, o último ano foi verdadeiramente extraordinário do ponto de vista das lutas, e não só na Europa e nos Estados Unidos, onde houve grandes movimentos de estudantes e de trabalhadores precários da Inglaterra à Itália, greves sociais e metropolitanas na França, revoltas contínuas na Grécia, as importantíssimas ocupações das praças na Espanha (as “acampadas”), a enorme mobilização social no Wisconsin. Mas houve também, de certa forma, as extraordinárias sublevações na Tunísia e no Norte da África, que trouxeram novamente para a ordem do dia as palavras de ordem da insurreição e da revolução, em uma nova forma, ou seja, em um cenário completamente pós-estatal. Ou pense-se nas lutas dos estudantes no Chile, as “acampadas” em Israel.

#### O trabalhador cognitivo

Todos esses movimentos, e outros que poderiam ser citados, têm uma composição comum, ou seja, são dirigidos por jovens, ricamente produtivos de saber, muitas vezes altamente escolarizados e desempregados ou precários. Essa é a figura hegemônica desses movimentos: esse é o trabalhador cognitivo, extremamente produtivo e empobrecido. Essa figura, constitutivamente heterogênea, se forma pela convergência e pela diferenciação de uma classe média desprestigiada e um proletariado cuja pobreza é, justamente, diretamente proporcional à produtividade, unidos pelo fim - irreversível - das promessas progressistas do capitalismo, do esgotamento definitivo da percepção da escola e da universidade como ascensores da mobilidade social. A bolha assume a forma da revolta, como aconteceu no verão [europeu] nas metrópoles e nas cidades inglesas, como havia acontecido nas *banlieue* francesas e mais de uma vez se repetiu nos últimos anos. Mas, atenção,

não é a revolta dos excluídos, mas de quem não aceita mais um presente de inclusão subordinada e um futuro de produtor pobre. São as revoltas para se reapropriar, aqui e agora, daquilo que o capital expropria com a violência. Como se constrói continuidade nas bolhas? Como se constroem as instituições do comum que se revolta contra a exploração capitalista? Esse é o ponto central hoje. Em suma, parece-me claro que vivemos hoje em uma situação revolucionária, reformulando nestes termos a sua definição clássica: os governantes e os parasitas do capitalismo global *não podem mais viver* como no passado; os trabalhadores precários, os trabalhadores cognitivos, as multidões produtivas empobrecidas *não querem mais viver* como no passado. Mas também sabemos que a situação revolucionária não leva mecanicamente à revolução, e os governantes não cairão se não os fizermos cair. A esquerda busca continuamente o equivalente funcional do keynesianismo, mas nunca devemos nos esquecer de que essa havia sido a grande resposta capitalista para as lutas. Então, seria melhor, na aceleração da crise global, nos colocarmos no caminho da busca correta e encontrar coletivamente o equivalente funcional daquilo ao que o keynesianismo respondeu, isto é, a insurgência de classe do início do século XX e a ruptura revolucionária de 1917. Isto é, a procurar juntos o caminho para construir um futuro de felicidade em comum.

#### LEIA MAIS...

>> Gigi Roggero já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line:

\* Capitalismo cognitivo. A financeirização em crise é a sua forma econômica real. Entrevista publicada na IHU On-Line número 301, de 20-07-2009, disponível em <http://bit.ly/qEDWde>

\* “A empresa é global, a chantagem é local”. O caso Fiat. Entrevista publicada nas Notícias do Dia do sítio do IHU em 16-02-2011, disponível em <http://bit.ly/gdmTgx>



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

# B.

## Destques da Semana

# Livro da Semana

Nanotechnology, Law and Innovation (Saarbrücken, Deutschland: LAP LAMBERT Academic Publishing, 2011).

## Nanotecnologias, o cuidado com o ser humano e o meio ambiente

Carência de marcos regulatórios é a realidade de inúmeros países, assinala Wilson Engelmann. Riscos e benefícios de produtos com nanopartículas precisam ser avaliados com atenção

POR GRAZIELA WOLFART E MÁRCIA JUNGES

**P**rotetores solares, calçados esportivos, telefones celulares, tecidos, cosméticos, automóveis e medicamentos. Esses são apenas alguns dos exemplos de produtos que, em sua composição, possuem nanotecnologias. Entretanto, explica o advogado Wilson Engelmann, ainda não há marcos regulatórios para as nanotecnologias em diversos países. “O que se têm são propostas regulatórias, ainda em construção e muita discussão”. Para definir esses marcos regulatórios, observa, é imprescindível um diálogo transdisciplinar, com outras áreas do conhecimento. Para Engelmann, o que deve embasar a legislação na área da nanotecnologia e demais inovações tecnológicas e científicas é “o cuidado com o ser humano e o meio ambiente. Nenhum avanço científico, tecnológico e de inovação se justifica se estes dois pressupostos não forem respeitados”. E completa: “É preciso assumir conscientemente os riscos das decisões que serão tomadas neste momento. Muitas delas serão irreversíveis. Além dos benefícios, é preciso verificar quais serão os riscos da disponibilização dos produtos com nanopartículas na sociedade”.

Engelmann, que é professor e pesquisador do PPG em Direito da Unisinos, esteve à frente da organização do seminário Nanotecnologias: um desafio para o século XXI, que ocorreu entre 18 e 21-10-2010, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Direito. Graduado, especialista, mestre e doutor em Direito pela Unisinos, Engelmann defendeu a tese *Os princípios da lei natural e as exigências metodológicas da razoabilidade prática desenvolvidas por John Finnis: em busca de uma justificação ética para a hermenêutica de cunho filosófico*. É autor das obras *Direito natural, ética e hermenêutica* (Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007), *Para entender o princípio da igualdade* (São Leopoldo: Editora Sinodal, 2008) e *Crítica ao positivismo jurídico: princípios, regras e o conceito de Direito* (Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2001). Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Qual a tese central do livro *Nanotechnology, Law and Innovation*?**

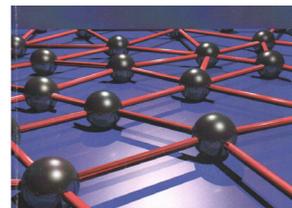
**Wilson Engelmann** - A relação que se deverá estabelecer entre as nanotecnologias - que correspondem à medida equivalente a um bilionésimo do metro -, o Direito e a caracterização da inovação. Pode-se dizer que as nanotecnologias representam um exemplo de inovação, pois viabilizam a construção de objetos com características totalmente novas das coisas similares construídas em outra escala de tamanho. Esse

tema já foi objeto de um livro anterior: ENGELMANN, Wilson; FLORES, André Stringhi e WEYERMÜLLER, André Rafael. *Nanotecnologias, marcos regulatórios e direito ambiental* (Curitiba: Honoris Causa, 2010). O livro, agora escrito em inglês, é um aprofundamento e revisão de algumas ideias já publicadas, seja no primeiro livro ou em diversos artigos em revistas científicas. O desenvolvimento das bases para a inovação deverá ser absorvido pelo Direito, incorporando-as no modo de fazer o Direito. A preparação de marcos regulatórios para as nanotec-

nologias passará necessariamente pelo diálogo transdisciplinar com outras áreas do conhecimento. A construção dos elos entre os três temas do livro é mediada pela Filosofia no Direito, a partir das lições que são construídas no Programa de Pós-Graduação em Direito - mestrado e doutorado - da Unisinos.

**IHU On-Line - Por que o livro foi escrito em inglês?**

**Wilson Engelmann** - A história desse livro é interessante: em fevereiro deste ano, em plenas férias docentes, recebi



Wilson Engelmann  
Nanotechnology, Law and Innovation



um e-mail da editora, convidando-me para publicar textos relativos à minha pesquisa. O e-mail mencionava que, navegando pela página da Unisinos, eles encontraram referência à minha pesquisa, relacionando as nanotecnologias e o Direito. Na visão da editora, essa abordagem era diferente e interessava para publicação. Achei muita boa a oferta e temia que fosse trote. Deixei o e-mail. Alguns dias depois, veio outro e-mail, se reportando ao primeiro, perguntando se eu havia recebido a primeira mensagem e anexando um link para conhecer melhor a editora. A partir daí, verifiquei que o convite era sério e começamos a estabelecer as bases para a publicação. A minha única obrigação era entregar o texto em inglês, que é o idioma de publicação da editora, pois, além da Alemanha, ela também publica nos Estados Unidos e no Reino Unido, tendo distribuição mundial por meio do endereço eletrônico da Amazon Distribution. O inglês é um caminho para a internacionalização da minha pesquisa e é o idioma em que grande parte das publicações sobre as nanotecnologias é veiculada.

#### **IHU On-Line - Como se relacionam nanotecnologia, lei e inovação?**

**Wilson Engelmann** - A nanotecnologia é o melhor exemplo atual de inovação, especialmente a inovação construída a partir da “Hélice Tríplice”, desenvolvida por Henry Etzkowitz, que é o meu referencial teórico inicial para estudar e escrever sobre ela. O Direito, que é uma expressão mais adequada do que a lei, pois ela é apenas uma parte daquele, será responsável pelo delineamento de marcos regulatórios que possam fomentar a inovação, sem criar obstáculos ou limitações que venham a impedi-la. Essa é hoje uma discussão mundial, pois não há marcos regulatórios definidos nos diversos países. O que se têm são propostas regulatórias, ainda em construção e muita discussão. Por isso, a entrada no Direito nesse cenário é muito importante, a fim de contribuir efetivamente e dentro de condições epistemológicas adequadas para o atual momento.

#### **IHU On-Line - Quais os desafios para a área do Direito e da legislação em relação às transformações de inovação decorrentes da nanotecnologia?**

## **“A preparação de marcos regulatórios para as nanotecnologias passará necessariamente pelo diálogo transdisciplinar com outras áreas do conhecimento”**

**Wilson Engelmann** - O mais adequado é utilizar o termo no plural “nanotecnologias”, pois são diversas tecnologias, em diversas áreas, que se utilizam a escala nanométrica. No mercado já existem diversos produtos fabricados a partir das nanotecnologias, como nos protetores solares, calçados esportivos, telefones celulares, tecidos cosméticos, automóveis e medicamentos, entre outros. Além desses produtos, a nanoescala também se encontra presente em diversos setores, tais como: energia, agropecuária, tratamento e remediação de água, cerâmica e revestimentos, materiais compostos, plásticos e polímeros, cosméticos, aeroespacial, naval e automotivo, siderurgia, odontológico, têxtil, cimento e concreto, microeletrônica, diagnóstico e prevenção de doenças e sistemas para direcionamento de medicamentos. Esse cenário é o principal desafio para o Direito, pois os produtos estão chegando ao consumidor e o processo produtivo está em pleno desenvolvimento, caracterizando a inovação. No entanto, ainda não existem marcos regulatórios específicos, não há consenso entre os cientistas sobre a metodologia para a aferição dos efeitos toxicológicos e não há um controle sobre o efetivo número de nanopartículas que já existem. Esse é o cenário de preocupação (ou seja, de riscos), onde deverá ser incluído, com urgência, o Direito. No Brasil, esta questão da regulamentação é objeto do Fórum de Competitividade em Nanotecnologia, organizado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, desde 2009. Eu participei deste Fórum, no Grupo de Trabalho - Marco Regulatório.

#### **IHU On-Line - O que deve embasar a legislação na área da nanotecnologia e demais inovações tecnológicas e científicas?**

**Wilson Engelmann** - O cuidado com o ser humano e o meio ambiente. Nenhum avanço científico, tecnológico e de inovação se justifica se estes dois pressupostos não forem respeitados.

#### **IHU On-Line - Que tipo de discussão ética as nanotecnologias provocam?**

**Wilson Engelmann** - Uma ética de responsabilidade e de corresponsabilidade com todos os seres humanos, da atual e das futuras gerações. É preciso assumir conscientemente os riscos das decisões que serão tomadas neste momento. Muitas delas serão irreversíveis. Além dos benefícios, é preciso verificar quais serão os riscos da disponibilização dos produtos com nanopartículas na sociedade.

#### **IHU On-Line - Em que sentido as nanotecnologias contribuem para a criação de espaços transdisciplinares no desenvolvimento do conhecimento?**

**Wilson Engelmann** - As nanotecnologias deverão ser estudadas por diversas áreas do conhecimento, seja das Ciências Exatas, seja das Ciências Humanas. Portanto, para a avaliação dos riscos e a construção das respostas para os desafios e os direitos/deveres que as nanos provocarão serão necessários o conhecimento e a relação de saberes que, atualmente, estão separados dicotomicamente. Por isso, há um aspecto preliminar para o trabalho com as nanotecnologias: abrir os espaços entre as diversas áreas, de tal modo que haja diálogo entre todos, tendo em vista os dois objetivos que permeiam todas as áreas: o ser humano e o meio ambiente.

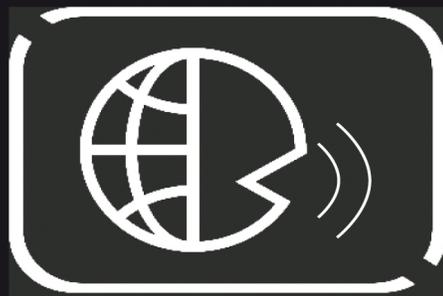
#### **LEIA MAIS...**

Confira outras entrevistas concedidas por Wilson Engelmann à IHU On-Line.

\* As nanotecnologias. Uma reflexão ética a partir de John Finnis. Entrevista especial publicada nas Notícias do Dia 12-01-2008, disponível em <http://bit.ly/9DZ2vR>

\* O ser humano como o limite das nanotecnologias. Revista IHU On-Line número 346, de 04-10-2010, disponível em <http://bit.ly/pyLMGR>

\* IHU Repórter. Edição número 344, Revista IHU On-Line, de 21-09-2010, disponível em <http://bit.ly/cMU7zy>



## “Meios digitais e cultura democrática”

POR FRANCISCO SIERRA CABALLERO\*

Nos últimos anos, especialmente a partir da Conferência Mundial sobre a Sociedade da Informação, organizada pela Unesco em Genebra, é lugar muito comum propor nas políticas públicas a importância e centralidade das novas tecnologias como ferramentas de interlocução e deliberação cidadã. Com frequência, no entanto, os discursos que defendem o papel da revolução digital em nossas democracias como uma contribuição positiva ao desenvolvimento do espaço público, mais que contribuir ao progresso ocultam muitos dos problemas que, para nossa democracia, propõem o vetor de transformação dos meios digitais. Jornalistas, cientistas políticos e autoridades, neste ponto, geralmente ressaltam o papel revigorante que a cibercultura tem hoje para a participação e acesso ao espaço público e à governabilidade. Mas, em todos os casos, estes pronunciamentos e discursos evitam pensar as lógicas e contraditórias formas de integração entre meios digitais e sistema político.

Ao falar a respeito de comunicação e democracia, a inércia comum é começar reproduzindo, na galáxia internet, ideias recorrentes que resultam, por óbvias, inoperantes, ao incidir, como é o caso da telefonia móvel, em questões conjunturais, tecnológicas

ou insignificantes de puro vanguardismo tecnológico e carente de critério. Estas ideias inerciais não têm capacidade de geração de debate público, nem proposição de emenda do atual estado de falta de controle e déficit democrático que afeta nossas instituições de governo e de representação, se falamos do desenvolvimento e configuração da rede telemática. Entre a opinião pública, instalou-se, de fato, como resultado de décadas de intenso processo de privatização das telecomunicações, a noção de que tudo relativo aos meios digitais é uma opção de consumo, e não um âmbito de direitos e obrigações.

Neste palco, toda apologia da internet serve apenas, a todos os efeitos, ao interessado acobertamento da apropriação privada dos meios e, portanto, do capital cultural disponível na nova ágora virtual, sempre a favor, como é evidente, das classes e grupos mais privilegiados. Os dados da Unesco resultam, a este respeito, muito didáticos. Décadas de privatização do espectro radioelétrico e da rede de telecomunicações não só têm agravado as diferenças entre países, regiões e cidadãos, senão que ademais, de maneira notável, se aprofundaram as desigualdades e desequilíbrios em nossas sociedades, excluindo setores

\* Francisco Sierra é Professor Titular de Teoria da Comunicação da Universidade de Sevilla, ocupa diversas funções diretivas em associações científicas espanholas e internacionais, como a Ulepisc Federación e a Confibercom e participa ativamente das atividades do Grupo Cepos. E-mail: <fsierra@us.es>.

vulneráveis como mulheres, jovens, imigrantes e minorias étnicas a recursos estratégicos que o mercado não provê em condições aceitáveis.

As redes tecnológicas e de informação podem, sem dúvida, chegar a todos os rincões do planeta e potencialmente ser acessíveis para todos. Mas, que tipo de cultura, e sociedade está sendo construída sob o amparo dos desígnios da inexistente mão invisível do mercado que marginaliza e hierarquiza desde os dispositivos, qualidade e formas de acesso e consumo culturais? É possível a democracia em um espaço público ao serviço de interesses privados e em mãos de uns poucos atores sociais? Em outras palavras, é desejável um sistema cultural dependente de novos meios de extensão tecnológica do conhecimento sem controle democrático nem fiscalização social? A resposta parece óbvia.

Quando falamos de democracia, acesso e participação cidadã nos novos meios digitais é preciso recordar que a abertura das redes é limitada e tem lugar em um processo de intensiva concentração de poder onde o setor público é paulatinamente deslocado para se converter em provedora de recursos econômicos às corporações multinacionais segundo o princípio de privatização dos benefícios e socialização das perdas. Esta modalidade reedita na era prometida do acesso com internet à cultura, o princípio despótico de tudo pelo povo, mas sem

**“Os discursos que defendem o papel da revolução digital em nossas democracias como uma contribuição positiva ao desenvolvimento do espaço público, mais que contribuir ao progresso ocultam muitos dos problemas que, para nossa democracia, propõem o vetor de transformação dos meios digitais”**

o povo, agora ademais nas custas de seu dinheiro, menosprezando todo princípio racional de igualdade, justiça e proporcionalidade no desenho do novo espaço cultural de nossas democracias. Na realidade, a ausência de

controle democrático sobre os novos meios digitais e o avanço a passos largos da privatização da comunicação e a cultura representa - como explica Schiller - uma realocação de recursos de toda a economia e do conjunto da população às grandes corporações, prevalecendo o princípio do mercado, e mais exatamente a desigual distribuição de poder e de informação pública na tomada de decisões. Por isso, pensar a democracia na era internet é algo mais que aceder ao consumo e à informação em rede, significa quando menos discutir publicamente:

1) o papel dos poderes públicos no desenho, distribuição e consumo dos novos canais tecnológicos;

2) a extensão do domínio público e a defesa da informação e o conhecimento como bens comuns em frente à imposição do direito de propriedade intelectual;

3) o princípio de pluralismo e a regulação de conteúdos e estrutura de propriedade dos sistemas hiperconcentrados que, hoje, se impõem na sociedade global da informação;

4) e a defesa do código aberto para o desenvolvimento industrial, autônomo e equilibrado da rede internet.

De outro modo, por mais que se estenda comercialmente o consumo de internet e torne real o princípio de serviço universal, não é possível falar verdadeiramente de um renascimento e qualificação de nossas democracias.

## USO ESTRATÉGICO DAS MÍDIAS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE MARCAS

DE 14/09/11 A 19/10/11 - QUARTAS E QUINTAS-FEIRAS, DAS 18H30 ÀS 22H30 - 40 HORAS

CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E COMPLEMENTAR EM PORTO ALEGRE - [WWW.UNISINOS.BR/FORMACAO-PROFISSIONAL-E-COMPLEMENTAR](http://WWW.UNISINOS.BR/FORMACAO-PROFISSIONAL-E-COMPLEMENTAR)

## Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

**Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 29-08-2011 a 05-09-2011.**

**Do rádio à internet: a legalidade e a mobilização popular**  
Entrevista especial com Christa Berger, jornalista, professora na Unisinos

Confira nas Notícias do Dia de 29-08-2011

Acesse no link <http://bit.ly/o5NtSH>

O papel da imprensa radiofônica no momento histórico da Legalidade e o fato de que, 50 anos após sua realização, a imprensa brasileira “segue conservadora e ocupa um lugar importante na defesa dos interesses privados dos grandes proprietários da nação” é o tema desta entrevista.

**Comunicação horizontal e cidadania transitiva: a construção de um novo modelo democrático**

Entrevista especial com Massimo Canevacci, antropólogo italiano, professor na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Confira nas Notícias do Dia de 30-08-2011

Acesse no link <http://bit.ly/nDsOyW>

As manifestações sociais e políticas que emergem em todos os cantos do mundo e se proliferam por meio das redes sociais estão criando um “desafio à política atual” e dando início a “uma nova forma de democracia, na qual a comunicação tem um papel importante”, observa Canevacci.

**Do Holoceno ao Antropoceno. Por outra forma de organização de vida**

Entrevista especial com Wagner Costa Ribeiro, geólogo, pro-

fessor na Universidade de São Paulo - USP

Confira nas Notícias do Dia de 31-08-2011

Acesse no link <http://bit.ly/mSA3Qf>

As mudanças climáticas e o aquecimento da Terra indicam que estamos vivendo uma nova era glacial denominada de Antropoceno. A ação do homem na natureza está “promovendo alterações de grande escala na superfície terrestre há pelo menos um século.

**Novo Código Florestal: um retrocesso**

Entrevista especial com Valério Pillar, engenheiro agrônomo, professor e vice-diretor do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Confira nas Notícias do Dia de 01-09-2011

Acesse no link <http://bit.ly/pOvN4j>

O texto do novo Código Florestal aprovado pela Câmara dos Deputados prejudica “o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil até 2020: reduzir em 38% suas emissões de gases do efeito estufa”, menciona Pillar.

**Comissão de Anistia: dez anos de reparações econômicas**

Entrevista especial com Marlon Alberto Weichert, procurador regional da República do Ministério Público Federal

Confira nas Notícias do Dia de 02-09-2011

Acesse no link <http://bit.ly/qbpCst>

Criada em 2001 para promover reparação econômica aos perseguidos da Ditadura Militar, a Comissão de Anistia foi incentivada pelo Ministério da Justiça a conceder reparações morais e atuar “como um instrumento de promoção da memória”, avalia o procurador.

### Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos nas Políticas Públicas

Paulo de Martino Januzzi - Secretário de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Soci

Data: 27/9/2011

Informações em <http://migre.me/5uQ6N>

## **Destques On-Line - 04-07 a 14-08-2011**

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)) no período de 04-07-2011 a 14-08-2011.

**Por outro modelo econômico. Entrevista especial com Lourdes Dill, coordenadora da Feira e do Projeto Esperança/ Cooesperança**

Confira nas Notícias do Dia de 07-07-2011

Acesse no link <http://bit.ly/netEy0>

O desejo de viver em um mundo solidário e sustentável mobiliza pessoas a participarem da Feicoop, em Santa Maria. O evento transformou-se em um espaço de debate e reflexão para pensar uma economia alternativa, que seja sustentável e incluyente.

**Uso de agrotóxico pode intensificar desmatamento na Amazônia**

Entrevista especial com Jefferson Lobato, biólogo, analista ambiental do Ibama

Confira nas Notícias do Dia de 12-07-2011

Acesse no link <http://bit.ly/pNgr5e>

O desmatamento tradicional é caro e o recrutamento de pessoas gera denúncias de desmatamento. Por isso, grileiros e fazendeiros optam pela pulverização de herbicidas. Além de não chamar a atenção dos órgãos fiscalizadores, “eles podem desmatar as áreas até em períodos chuvosos porque utilizam um óleo mineral para fixar o agrotóxico nas plantas”.

**Fenômenos imagéticos audiovisuais contemporâneos**

Entrevista especial com Cybeli Moraes

Confira nas Notícias do Dia de 23-07-2011

Acesse no link <http://bit.ly/nQ46an>

A intervenção dos usuários nas novas mídias digitais revela “a necessidade de pensarmos a comunicação por imagens: elas nos parecem tão ‘naturais’ que nos tornamos cegos por situação”, reflete.

# **Ciclo de Estudos: Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2011**

**Data de início: 29 de agosto de 2011**

**Data de término: 07 de novembro de 2011**

**Informações em  
<http://migre.me/5uQ8c>**



UNISINOS



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

IHU **ON-LINE**

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

# Agenda da Semana

Confira os eventos desta semana realizados pelo IHU.  
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

<b>Dia 05-09-2011</b>
<p>Evento: Tópicos Especiais II: Giorgio Agamben: “O Homo Sacer I, II, III . A exceção jurídica e o governo da vida humana” Palestrante: Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz - Unisinos Tema: O campo como paradigma biopolítico moderno Horário: 14 às 17h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Maiores informações: <a href="http://bit.ly/qQ7NQp">http://bit.ly/qQ7NQp</a></p>
<p>Evento: EAD - Jesus e o reino no Evangelho de Marcos - 2011 Tema: Jesus responsável pela vida (Mc 1,16-3,6) Maiores informações: <a href="http://bit.ly/kLFvx8">http://bit.ly/kLFvx8</a></p>
<b>Dia 08-09-2011</b>
<p>Evento: Ciclo de Estudos: Perspectivas do Humano Palestrante: Prof. Dr. José Mora Galiana - Universidad Pablo Olavide, Sevilla - Espanha Tema: O fazer filosófico e a práxis política desde Ignacio Ellacuría Horário: 19h30min às 22h30min Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Maiores informações: <a href="http://bit.ly/imNmTU">http://bit.ly/imNmTU</a></p>
<p>Evento: IHU ideias Palestrante: Prof. Dr. Juremir Machado da Silva - jornalista, escritor e historiador Tema: Vozes da Legalidade: política e imaginário na era do rádio (livro) Horário: 17h30min às 19h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Maiores informações: <a href="http://bit.ly/oxFVZB">http://bit.ly/oxFVZB</a></p>
<b>Dia 12-09-2011</b>
<p>Evento: Tópicos Especiais II: Giorgio Agamben: “O Homo Sacer I, II, III. A exceção jurídica e o governo da vida humana” Palestrante: Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz - Unisinos Tema: O estado de exceção como paradigma de governo Horário: 14 às 17h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Maiores informações: <a href="http://bit.ly/qQ7NQp">http://bit.ly/qQ7NQp</a></p>
<p>Evento: Ciclo de Estudos: Perspectivas do Humano Palestrante: Prof. Dr. José Mora Galiana - Universidad Pablo Olavide, Sevilla - Espanha Tema: Filosofia da Libertação e Direitos Humanos no pensamento de Ignacio Ellacuría Horário: 19h30min às 22h30min Local: Auditório Central - Unisinos Maiores informações: <a href="http://bit.ly/imNmTU">http://bit.ly/imNmTU</a></p>

## A defesa de Brizola pela Legalidade foi heroica

Causa justa e legítima mobilizou a população brasileira através do rádio pela posse de Jango. Esse foi um dos motivos que marcaram o governador gaúcho como “elemento subversivo”, explica Juremir Machado

POR MÁRCIA JUNGES

**E**spécie de “rede social” nos idos de 1961, o rádio mobilizou “corações e mentes” através da retórica inflamada e convincente do então governador gaúcho, Leonel Brizola, mentor da Rede da Legalidade. O movimento, composto por mais de 104 emissoras no território brasileiro, exigia o cumprimento da Constituição, da lei, que dizia que quem deveria assumir o cargo do presidente renunciante, Jânio Quadros, era seu vice, João Goulart. O golpe, à primeira vista “fácil” de se dar, foi impedido pela reação popular em torno da causa justa e legítima, pontua o jornalista e historiador Juremir Machado, na entrevista que concedeu, por telefone, à **IHU On-Line**. Entre outros aspectos, ele relembra a cobertura engajada da mídia brasileira, além da “incômoda” figura de Brizola, que ficou marcado como “elemento subversivo” por vários fatores, um deles a Legalidade. “Sua atitude em 1961 em defesa da legalidade foi heroica”.

Escritor, jornalista e historiador, Juremir Machado é doutor em Sociologia pela Universidade de Paris V: René Descartes. Em Paris, de 1993 a 1995, foi colunista e correspondente do jornal Zero Hora. Atualmente, além de professor do curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social - Famecos e coordenador do Programa de Pós-graduação em Comunicação da PUCRS, assina coluna no jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre. Juremir estará no Instituto Humanitas Unisinos - IHU em 08-09-2011, quando apresenta o livro *Vozes da Legalidade: política e imaginário na era do rádio*, que acaba de lançar pela editora Sulina, de Porto Alegre. Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Por que afirma que a mobilização de 1961 não teria o mesmo alcance sem a Rede da Legalidade? Qual foi a maior peculiaridade dessa Rede?**

**Juremir Machado** - Afirmo isso porque, em qualquer situação histórica de convulsão é preciso um meio de comunicação capaz de colocar em contato imediato os líderes e o povo. Agora estamos vendo os países árabes e seus movimentos sociais que têm sido catalisados pelo uso das redes sociais. Em 1961, no Brasil, o rádio era a rede social. Brizola se comunicava com a população, a mobilizava e a informava. As notícias eram importantes e era preciso também fazer um discurso de mobilização. Foi através do rádio, com a requisição da Rádio Guaíba e a instalação desta no Palácio Piratini, que ele manteve esse contato permanente com a população através de várias manifestações diárias. Como se formou uma rede de rádios, que chegou a ter 104 emissoras, o Brasil inteiro fi-

cou a par dos acontecimentos que, sem essa iniciativa, teriam sido encobertos, escamoteados e manipulados. A população estava disposta a ser mobilizada, e Brizola estava disposto a fazê-lo. Para isso, contudo, era preciso um meio de contato imediato, o rádio. Sem ele essa comunicação que incendiou corações e mentes, a mobilização teria sido impossível.

**IHU On-Line - O que explica a aglutinação das mais de 100 emissoras na Cadeia da Legalidade?**

**Juremir Machado** - Significa muita coisa. Primeiro de tudo, que a população não aceitou o golpe e o considerou arbitrário, e que, à medida que as informações foram sendo divulgadas, se conscientizou ainda mais da clareza, justeza e legitimidade da causa. Isso fez com que as pessoas se mobilizassem ainda mais. Isso teve uma repercussão sobre os militares, que tiveram que repensar suas posições e, também, sobre os políticos, que preci-

saram buscar uma solução. Aquele golpe planejado pelos ministros militares que, a princípio, parecia algo fácil de se fazer, tornou-se impossível na medida em que a confiança nacional se cristalizou contra essa iniciativa. O papel da mídia em geral foi fundamental nisso. Não só a rede da Legalidade, mas dos jornalistas fazendo cobertura para os jornais impressos. Essa cobertura foi muito intensa e bem feita.

**IHU On-Line - Você afirma que 1961 foi um dos únicos momentos em que a mídia brasileira não foi conservadora. Como analisa a cobertura política realizada pela imprensa nos dias de hoje?**

**Juremir Machado** - A cobertura de imprensa hoje é muito conservadora em geral, basta ver que os jornais do centro do país não têm dado a importância adequada à Campanha da Legalidade. Normalmente se diz que o papel da imprensa é cobrir os acontecimentos e não necessariamente tomar posição. Mas em cer-

tos momentos é preciso tomar posição, sim, sempre em defesa do certo, legal e justo. Em 1961 os jornalistas fizeram isso de modo geral. Poucos jornais não apoiaram a Legalidade: a *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda<sup>1</sup>, e *O Estadão*, que também ficou do lado dos golpistas. Contudo, de modo geral, a imprensa teve um comportamento exemplar naquele momento, no sentido de compreender a causa que estava em jogo e fazer uma cobertura intensa, profunda e, na maior parte das vezes, engajada no lado certo, em defesa da Constituição.

**IHU On-Line - Além do fato de ter sido um movimento sediado no Rio Grande do Sul, por que a Legalidade não tem recebido a mesma importância nos outros estados brasileiros?**

**Juremir Machado** - Talvez porque o presidente que saiu, Jânio Quadros, era um político “paulista”, mas nascido em Mato Grosso. Os paulistas perderam, mais uma vez, com saída de Jânio. E certamente porque a figura de Brizola ainda incomoda, principalmente a mídia conservadora. Ele ficou marcado como o elemento subversivo que enfrentou a tentativa de golpe em 1961, e em 1964 queria resistir ao outro golpe. Ficou marcado, também, por suas tentativas guerrilheiras durante a ditadura, além dos enfrentamentos com a Rede Globo enquanto governador. É uma figura, portanto, incômoda para os setores conservadores da mídia.

**IHU On-Line - Brizola teve um papel fundamental na Legalidade, e uma carreira política meteórica como governador do Rio Grande do Sul e da Guanabara. Depois disso, caiu numa**

<sup>1</sup> Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914-1977): jornalista carioca. Iniciou sua carreira profissional em 1929, escrevendo artigos para o Diário de Notícias, publicados numa seção dirigida por Cecília Meireles. Em inícios de 1934, acadêmico de Direito, aproximou-se da Federação da Juventude Comunista, órgão do PCB. Durante um tempo foi comunista, passando para a extrema-direita, nos anos 1940. Editava o jornal *Tribuna da Imprensa*. Foi o principal inimigo de Getúlio Vargas. Para Lacerda, Vargas era excessivamente tolerante para com os comunistas, e seu governo era minado pela corrupção endêmica e pelo favorecimento dos seus aliados. Em 1955, publicou uma série de reportagens denominada *A Batalha do Rio*, que puxou a favela para a mídia e colocou-a no centro do conflito ideológico, o qual não desaparecera com a simples prescrição jurídica do Partido Comunista, que foi posto na ilegalidade. (Nota da IHU On-Line)

**espécie de subvalorização política. A que atribui esse fato?**

**Juremir Machado** - Acredito que pelo fato de não ter chegado à presidência da República e por ter governado o Rio de Janeiro, um estado muito “difícil”, com problemas sociais seríssimos e, igualmente, por ter se desgastado nas brigas com a Rede Globo. Outro fator que pode ter contribuído para essa subvalorização talvez seja o apoio que ofereceu a Fernando Collor de Mello em determinado momento. No final de sua vida, Brizola pode ter tido uma trajetória um tanto quanto contraditória e sinuosa. Contudo, não entro na avaliação do “último Brizola”, pois não tenho uma pesquisa específica sobre isso. Meu foco é o Brizola de 1961. Seu governo no Rio Grande do Sul de 1958 a 1962 foi extraordinário, um grande governo. Sua atitude em 1961 em defesa da legalidade foi heroica.

**IHU On-Line - Há alguém na política brasileira que tenha o carisma político desse líder?**

**Juremir Machado** - Vivemos tempos muito diferentes. Felizmente, hoje não precisamos de alguém que defenda a democracia contra o golpe. Estamos numa democracia. Isso faz com que os políticos de hoje pareçam naturalmente menores. Eles não estão em situação da realização de atos heroicos. Por outro lado, isso significa, também, que não estamos em situação de atentados à democracia. Se houvesse uma tentativa de golpe, talvez alguns políticos teriam condições de demonstrar seu heroísmo.

**IHU On-Line - Como é ouvir aqueles discursos de Brizola? Que sentimentos e memórias eles evocam?**

**Juremir Machado** - É algo emocionante ouvir esses discursos, no sentido das imagens, das metáforas inflamadas que trazem ao ouvinte. Brizola tinha uma retórica ótima, convincente, usava expressões de nosso vocabulário gaúcho, o que o aproximava da população. Quando ouvimos aqueles discursos, sentimos a força do que diziam.

**IHU On-Line - Esses fatores foram elementos de coesão entre Brizola e o povo?**

**Juremir Machado** - Isso contou muito, sim. Mas se a causa não fosse justa e

clara, não teria adiantado. Brizola não convenceu retoricamente as pessoas. Ele catalisou um sentimento que estava no coração dos brasileiros.

**IHU On-Line - Por que afirma que a Rede da Legalidade foi o último grande ato da era do rádio?**

**Juremir Machado** - Porque cada época tem uma tecnologia de comunicação dominante. O rádio teve sua era de ouro e, em seguida, entramos na era da televisão. Esse passou a ser o principal meio de comunicação de massa no Brasil, como ainda o é até hoje. Pode ser que venha a ser ultrapassada pela internet, mas ainda tem preponderância em nossos dias. Até 1961-62 o rádio era a principal tecnologia de comunicação. A televisão estava engatinhando, tanto que há poucas imagens da televisão sobre a Legalidade. Quem “mandava” naquela época, do ponto de vista da comunicação, era o rádio. Já o golpe de 1964 se “apoiou” na televisão, fomenta e consolida a Rede Globo.

**IHU On-Line - Que outros meios, hoje, tomaram lugar do rádio em termos de mobilização política e social?**

**Juremir Machado** - Cada meio tem sua dinâmica. Hoje, o rádio é muito mais informativo e interpretativo. As redes sociais têm a peculiaridade que são de todo mundo, não têm filtro algum. Cada um é dono de seu meio de comunicação, do seu Twitter, Facebook. Elas são mais propícias à mobilização porque cada um pode se exprimir sem filtro, são totalmente abertas. Já o rádio e a TV são empresas que possuem postura ideológica, interesses, direcionamentos.

#### LEIA MAIS...

>> Sobre a Campanha da Legalidade veja também:

\* O Jango da memória e o Jango da História. Entrevista com Lucília de Almeida Neves Delgado, disponível em <http://bit.ly/q6exPO>

\* Nacionalismo e antiamericanismo: a legalidade e a política externa norte-americana. Entrevista com Carla Simone Rodeghero, disponível em <http://bit.ly/o1LfDc>

\* Leonel de Moura Brizola. 1922-2004. Revista IHU On-Line, número 107, disponível em <http://bit.ly/f1fwfm>

\* Campanha da Legalidade. 50 anos de uma insurreição civil. Cadernos IHU em Formação, número 40, disponível em <http://bit.ly/qM14Ml>

## O campo como paradigma biopolítico moderno

Captura política do corpo fundamenta a política moderna, afirma Castor Ruiz, remetendo-se ao pensamento de Agamben. Práticas nazistas não inovaram a barbárie, mas foram comedidas dentro da mais estrita legalidade jurídica, quando a exceção virou a norma, na tanatopolítica

POR CASTOR RUIZ

“**O**s campos de concentração, longe de serem uma irracionalidade pontual do nazismo, representam um paradigma da política moderna”. A reflexão é do filósofo espanhol Castor Ruiz, professor na Unisinos, no artigo que escreveu especialmente à IHU On-Line adiantando aspectos que irá abordar nesta segunda-feira, dia 05-09-2011, no evento Tópicos Especiais II: Giorgio Agamben: “O Homo Sacer I, II, III. A exceção jurídica e o governo da vida humana”, cujo tema é O campo como paradigma biopolítico moderno. A programação completa pode ser conferida em <http://bit.ly/qQ7NQP>. Leia em <http://bit.ly/naBMm8> o artigo **Homo sacer. O poder soberano e a vida nua**, de autoria de Castor Ruiz publicado na IHU On-Line número 371, de 29-08-2011.

De acordo com Castor, “Agamben mostra que na origem da política moderna, antes que os direitos do cidadão, está a captura política do corpo”. E continua: “Quando o regime nazista decide desnacionalizar a todos os judeus tornando-os pura vida nua, e portanto matáveis por qualquer um sem punição, não inovou uma barbárie contra a humanidade, senão que deu sequência a uma prática comum do Estado moderno, só que em proporções tanatopolíticas antes nunca vistas. O que aterroriza no nazismo não é sua barbárie, senão tê-la cometido dentro da legalidade inerente ao estado de exceção”.

Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Filosofia da Unisinos, Castor Ruiz é graduado em Filosofia pela Universidade de Comillas, na Espanha, mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e doutor em Filosofia pela Universidade de Deusto, Espanha. É pós-doutor pelo Conselho Superior de Investigações Científicas. Escreveu inúmeras obras, das quais destacamos: *As encruzilhadas do humanismo. A subjetividade e alteridade ante os dilemas do poder ético* (Petrópolis: Vozes, 2006); *Propiedad o alteridad, un dilema de los derechos humanos* (Bilbao: Universidad de Deusto, 2006); *Os Labirintos do Poder. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação* (Porto Alegre: Escritos, 2004) e *Os paradoxos do imaginário* (São Leopoldo: Unisinos, 2003). Leia, ainda, o livro eletrônico do XI Simpósio Internacional IHU: o (des) governo biopolítico da vida humana, no qual Castor contribui com o artigo *A exceção jurídica na biopolítica moderna*, disponível em <http://bit.ly/a88wnF>. Confira o artigo.

Giorgio Agamben<sup>1</sup>, no capítulo 3  
1 **Giorgio Agamben** (1942): filósofo italiano. É professor da Facolta di Design e arti della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do College International de Philosophie de Paris. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002); *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005); *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007); *Estâncias - A palavra e o*

*de sua obra Homo Sacer. O poder so-*  
fantasma na cultura ocidental (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007); e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007 o site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível para download em <http://migre.me/uNk1>. A edição 236 da IHU On-Line, de 17-09-2007, publicou a entrevista “Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito”, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin. Para conferir o material, acesse <http://migre.me/uNkY>. Confira, também, a entre-

*berano e a vida nua*, destaca que os estudos de Foucault<sup>2</sup> sobre biopolítica

vista Compreender a atualidade através de Agamben, realizada com o filósofo Rossano Pecoraro, disponível para download em <http://migre.me/uNme>. A edição 81 da Revista IHU On-Line, de 27-10-2003, tem como tema de capa O Estado de exceção e a vida nua: A lei política moderna, disponível em <http://migre.me/uNo5>. (Nota da IHU On-Line)

2 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a História da Loucura até a História da sexualidade (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-

conseguiram mostrar que a modernidade inverteu a relação da política clássica com a vida natural (*zoe*). Sua máxima de que: “por milênios, o homem permaneceu o que era para Aristóteles<sup>3</sup>: um animal vivente, e além

se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura, O Nascimento da Clínica, As Palavras e as Coisas, A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder” proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em três edições a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível para download em <http://migre.me/vMiS>, edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://migre.me/vMj7>, e edição 364, de 06-06-2011, disponível em <http://bit.ly/k3Fcp3>. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault, que também foi tema da edição número 13 dos Cadernos IHU em Formação, disponível para download em <http://migre.me/vMjd> sob o título Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética. Confira, também, a entrevista com o filósofo José Ternes, concedida à IHU On-Line 325, sob o título Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico, disponível em <http://migre.me/zASO>. De 13 a 16 de setembro de 2010 aconteceu o XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. Para maiores informações, acesse <http://migre.me/JyaH>. Confira a edição 343 da IHU On-Line, intitulada O (des)governo biopolítico da vida humana, publicada em 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/bi5U9l>, e a edição 344, intitulada Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate, disponível em <http://bit.ly/9SQGgl>. (Nota da IHU On-Line)

3 **Aristóteles de Estagira** (384 a C. - 322 a. C.): filósofo nascido na Calcídica, Estagira, um dos maiores pensadores de todos os tempos. Suas reflexões filosóficas — por um lado originais e por outro reformuladoras da tradição grega — acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou inigualáveis contribuições para o pensamento humano, destacando-se nos campos da ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia, história natural e outras áreas de conhecimento. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da

disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal em cuja política está em questão a sua vida de ser vivente”. A modernidade capturou a vida natural como um elemento útil e produtivo, e fez da política a arte de governo da vida humana. Este é o escopo da política moderna que cada vez mais é uma biopolítica.

Paralelamente aos estudos de Foucault, Hannah Arendt<sup>4</sup>, que não utiliza o conceito de biopolítica, constata que a vida humana se tornou o objeto a ser administrado na sociedade moderna, suplantando a política como espaço de deliberação e auto-gestão dos sujeitos. Ainda Agamben destaca que os estudos de Hannah Arendt percebem com clareza o nexo do domínio totalitário naquela condição particular da vida que é o campo. Os campos de concentração, longe de ser uma irracionalidade pontual do nazismo, representam um paradigma da política moderna. Foucault, de forma estranha, não analisou a atualidade da soberania nas implicações biopolíticas dos totalitarismos modernos: fascismo e nazismo. Por outro lado, Hannah Arendt não levou em conta a definitiva derivação da política moderna numa lógica biopolítica.

A pesquisa de Agamben se propõe transitar no vácuo que restou nestes

IHU On-Line)

4 **Hannah Arendt** (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os EUA, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. Entre suas obras, citamos: *Eichmann em Jerusalém - Uma reportagem sobre a banalidade do mal* (Lisboa: Tenacitas. 2004) e *O Sistema Totalitário* (Lisboa: Publicações Dom Quixote.1978). Sobre Arendt, confira as edições 168 da IHU On-Line, de 12-12-2005, sob o título Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX, disponível para download em <http://bit.ly/qMjoc9> e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975, disponível para download em <http://bit.ly/rt6KMg>. Nas Notícias Diárias de 01-12-2006 você confere a entrevista Um pensamento e uma presença provocativos, concedida com exclusividade por Michelle-Irène Brudny em 01-12-2006, disponível para download em <http://bit.ly/o0pntA>. (Nota da IHU On-Line)

dois pensadores mostrando que o liame que vincula o campo com a biopolítica, o autoritarismo da soberania com as táticas da governamentalidade dos sujeitos, é a captura da vida humana na forma da exceção jurídica que cria o homo sacer. Esta mostra a vigência, mesmo no estado de direito, da vontade soberana que reduz a vida humana a pura vida nua. A biopolítica moderna provoca um alargamento progressivo da soberania para além dos limites do estado de exceção. Uma linha em movimento que se desloca cada vez mais para o controle da vida humana em que vigora a vontade soberana e reduz aquela a pura vida nua.

Agamben chama atenção para a contradição que habita o próprio estado de direito que pensa ter abolido a vontade soberana quando na verdade ela permanece oculta, para ser utilizada quando for preciso, na figura jurídica do estado de exceção. Ainda Agamben mostra que na origem da política moderna, antes que os direitos do cidadão, está a captura política do corpo. O documento do *Habeas Corpus*, de 1679, colocado na base da política moderna, significa o primeiro registro da vida nua como sujeito político moderno. A grande metáfora do Estado moderno, o *Leviatã* de Hobbes<sup>5</sup>, cujo corpo é formado pelo corpo de todos os indivíduos, deve ser lida sob esta luz.

Hannah Arendt compreendeu muito perspicazmente que a figura dos refugiados políticos apresenta de forma escancarada as contradições biopolíticas da vontade soberana subsistente no Estado moderno. O refugiado deveria encarnar a figura por excelência dos direitos humanos. Contudo, o que se verifica é que sua mera condição de ser humano, despojado dos direitos políticos provenientes do Estado-nação, o

5 **Thomas Hobbes** (1588 - 1679): filósofo inglês. Sua obra mais famosa, o *Leviatã* (1651), trata de teoria política. Neste livro, Hobbes nega que o homem seja um ser naturalmente social. Afirma, ao contrário, que os homens são impulsionados apenas por considerações egoístas. Também escreveu sobre física e psicologia. Hobbes estudou na Universidade de Oxford e foi secretário de Sir Francis Bacon. A respeito desse filósofo, confira a entrevista O conflito é o motor da vida política, concedida pela Profa. Dra. Maria Isabel Limongi à edição 276 da revista IHU On-Line, de 06-10-2008. O material está disponível em <http://bit.ly/bDUPAj>. (Nota da IHU On-Line)

torna vulnerável a qualquer violência, frágil a todos os abusos. Desprotegido pela ausência do direito de um Estado-nação que o reconheça para além de mero humano como cidadão seu, ele está exposto como mera vida nua.

### Tanatopolítica

Agamben destaca que as sucessivas declarações dos direitos do homem nada mais são do que a inscrição da vida natural na ordem jurídico-política do Estado-nação. A vida natural que no regime anterior era indiferente, agora se torna o fundamento da nova soberania do Estado-nação. Na origem da soberania moderna estaria a nação. Esta por sua vez remete aos nascidos numa terra. É o sangue e o nascimento num território que constituem a soberania moderna do Estado-nação. Aqueles que não tiverem o sangue dos nacionais nem tiverem nascido no território estão fora da soberania e, conseqüentemente, das plenitudes dos direitos. Tal vínculo confere à soberania moderna um caráter biopolítico pelo qual o principal direito é aferido da vida humana natural.

Quando os nazistas vinham a invocar como características do Estado ariano o sangue e a território, não estarão inovando uma biopolítica racista para o nazismo, mas estarão dando prosseguimento a uma lógica biopolítica inerente ao Estado-nação que no seu paroxismo se torna uma tanatopolítica.

Uma simples aproximação ao texto de 1789 da Declaração dos Direitos do Homem mostra a contradição biopolítica persistente desde origens do Estado-nação. Já foi observada a distinção que a declaração faz entre direitos do homem e direitos do cidadão. Tal distinção remete ao que já Sieyès denominou de direitos passivos e ativos. Os direitos passivos são próprios de todos os cidadãos enquanto nascidos, pois eles advêm da sua condição natural de homens: direito à vida, igualdade, liberdade... Os direitos ativos são adquiridos pela condição social: votar e ser votado, ter direito a cargos públicos não seriam direitos da natureza. Segundo Sieyès nem as mulheres, que como as crianças são incapazes, nem os trabalhadores que não pagam

## “A França foi, em 1915, a primeira nação a decretar a desnacionalização de todos os cidadãos de origem ‘inimiga’”

impostos, nenhum deles têm direitos ativos de cidadania, já que estes não se derivam de sua condição natural de seres humanos.

Segundo Agamben, estas distinções não são meras restrições ao princípio da igualdade democrática, mas contêm um coerente significado biopolítico pelo qual há uma necessidade permanente de redefinir qual a vida humana que está fora e dentro dos direitos do Estado-nação. Tal tensão reaparece constantemente nos momentos de crise do Estado ou da sociedade, por exemplo na figura do apátrida. Na primeira guerra mundial o nexo entre a vida humana e os direitos do Estado-nação mostrou amplamente sua fragilidade e fez aparecer a vontade soberana com poder de destituir de direitos a grandes parcelas da população, tornando-os apátridas refugiados abandonados pelo direito e pelo Estado. Nessa condição eles estavam prontos e vulneráveis para receber com total impunidade todas as violências. Em breve período de tempo deslocaram-se 1.500.000 de russos brancos, 700 mil armênios, 500 mil búlgaros, um milhão de gregos, centenas de milhares de alemães, húngaros, romenos. A França foi, em 1915, a primeira nação a decretar a desnacionalização de todos os cidadãos de origem “inimiga”. Em 1922, Bélgica retirou a nacionalidade de todos os cidadãos que tinham cometido “atos antinacionais”. Em 1926, o regime fascista de Itália desnacionalizou a cidadãos “indignos da cidadania italiana”. Em 1933 a Áustria utilizou este recurso de exceção jurídica. Os Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial, aprisionou em campos de concentração mais de 120 mil cidadãos americanos de ori-

gem japonesa e alemã, pelo mero fato de serem de tal etnia.

Quando o regime nazista decide desnacionalizar a todos os judeus tornando-os pura vida nua, e portanto matáveis por qualquer um sem punição, o nazismo não inovou uma barbárie contra a humanidade, senão que deu seqüência a uma prática comum do Estado moderno, só que em proporções tantopolíticas antes nunca vistas. O que aterroriza no nazismo não é sua barbárie, senão tê-la cometido dentro da legalidade inerente ao estado de exceção. O estado nazista não cometeu um ato de ilegalidade jurídica, já que fez da exceção a norma, e da vontade soberana o modo de governo da vida humana. Tudo amparado no Estado de direito que lhe dava a prerrogativa inicial de decretar o estado de exceção para tornar a vontade soberana lei absoluta.

### “Vida indigna de ser vivida”

O refugiado e o apátrida continuam a mostrar a lógica biopolítica que sustenta o Estado-nação. Quando uma pessoa ou grupo populacional se torna uma ameaça para a ordem, o Estado utiliza-se da exceção jurídica para separar os direitos da cidadania da mera vida nua. Esta separação possibilita expulsar para fora do direito a vida que se pretende controlar na forma de exceção. Na exceção o direito suspenso torna a vida humana um homo sacer, exposto à fragilidade da violação sem que o direito possa ser invocado para protegê-lo. A figura dos refugiados, assim como os milhões de emigrantes clandestinos, é a expressão de como opera o dispositivo da exceção no controle da vida humana. Ainda a separação entre o humano e a cidadania se torna mais contraditória no denominado direito humanitário. Este é um direito ao qual se lhe nega expressamente a possibilidade de ter um caráter político. Neste caso, as chamadas organizações humanitárias são instrumentalizadas, em muitos casos, como meios para compensar as barbáries humanas dos interesses políticos. As últimas guerras do século XX e todas as do século XXI foram feitas para defender os direitos humanos, quando

na verdade se defendem interesses econômicos e políticos. Para compen-sar as tragédias humanitárias provoca-das pela OTAN e pelos Estados Unidos no Iraque, Kuwait, Afeganistão, Líbia, etc., são convocadas organizações hu-manitárias a fim de dar assistência às populações atingidas. Nos campos de refugiados vigora o direito de cuidar da vida nua, da sobrevivência, mas se nega os direitos políticos das pessoas ali encerradas para agir.

Agamben analisa o vínculo entre a soberania e a vida humana nos Esta-dos modernos a partir de vários exem-plos, mas o estado nazista represen-ta a tentativa mais evidente de um estado biopolítico. O que estarrece é perceber que o modelo biopolítico nazista manteve um escrupuloso prin-cípio jurídico em seus atos e ainda deu sequência, até a barbárie extrema, a práticas comuns nos Estados de direito ocidentais. Na atualidade nos depa-ramos com o debate da eutanásia e ainda com o direito à eutanásia, um direito do indivíduo e, neste caso, um dever do Estado. Sem entrar no deba-te ético da questão, Agamben analisa a prática nazista da eugenia da popu-lação e seus “sólidos” argumentos. Em 1920 edita-se a obra: *Autorização do aniquilamento da vida indigna de ser vivida*, de Karl Binding e Alfred Hoche, que servirá de base argumentativa para os programas de extermínio de pessoas consideradas deficientes ou incapazes. O argumento que se invoca é que o suicídio é um direito do sujei-to que está fora do direito. É um ato soberano sobre a própria vida. No po-der sobre a própria vida se manifesta plenamente a soberania o que torna o suicídio impunível. Daqui deduzem os autores a necessidade de autorizar “o aniquilamento da vida indigna de ser vivida”. Com esta expressão preten-dem reconhecer que há muitas formas de vida que perderam o valor de tal condição, pelas diversas degradações biológicas ou psicológicas possíveis. Isso torna essas vidas indignas de ser vividas e suscetíveis de aniquilamen-to sem punição. Ainda os autores dão um passo a mais ao afirmar que as vi-das sem valor, ou vidas indignas de ser vividas, nem sempre os sujeitos têm autonomia para solicitar o direito do

## “Hannah Arendt compreendeu muito perspicazmente que a figura dos refugiados políticos apresenta de forma escancarada as contradições biopolíticas da vontade soberana subsistente no Estado moderno”

suicídio. É o caso dos deficientes men-tais, enfermos comatosos, anciãos de muita idade... Neste caso, o Estado e a sociedade pode assumir a autonomia dos sujeitos para si e lhes oferecer o seu direito de “não viver uma vida indigna de ser vivida”. Tal sequência argumentativa mostra a evidência que vincula a vontade soberana do Estado com o poder sobre a vida, entanto re-duz a vida humana a mera vida natu-ral tornado as pessoas homo sacer. Foi esta lógica que levou ao extermínio de aproximadamente 60 mil pessoas, consi-deradas *vidas indignas de ser vividas*.

Para Agamben, a integração entre política e medicina é uma das carac-terísticas da biopolítica moderna. Tal implicação faz que a decisão sobera-na sobre a vida cada vez mais tenda a deslocar-se para outros âmbitos em que a política se torna um terreno am-bíguo com a medicina, fazendo muitas vezes do médico um soberano sobre a vida e morte dos outros. Neste ponto cabe pensar, por exemplo, a realidade brasileira em que diariamente muitos médicos devem decidir quais pessoas devem ficar fora das UTI (Unidades de Tratamento Intensivo) dos hospitais, por falta de vagas, condenando-as a um grave risco de morte ou a uma morte certa.

Conclui Agamben esta obra com um capítulo sobre *O Campo como nómos do moderno*. O autor defende a tese de que o campo, longe de ser uma ex-

periência pontual da barbárie nazis-ta, é uma figura jurídico-política ine-rente ao Estado moderno. Esta seria uma outra diferença com os estudos de Foucault, que considera a prisão o paradigma da anatomo-política mo-derna. Seguindo Agamben, temos que considerar o campo como o espaço geográfico (ou demográfico) em que a exceção se torna a regra. Há um nex-o entre a exceção jurídica e o campo. Quando se realiza a suspensão total ou parcial dos direitos sobre a vida de al-gumas pessoas, elas automaticamente passam a viver num espaço em que a exceção se torna sua norma de vida, é o campo. Como Walter Benjamin já agudamente diagnosticou na sua tese VIII sobre a história: *para os oprimidos o estado de exceção é a regra*. Neste ponto, as pesquisas de Agamben se-guem as teses de Benjamin. O campo é o espaço em que ordenamento está suspenso e em seu lugar se coloca a vontade soberana. No campo a vontade soberana coincide com a lei, já que lei é o arbítrio soberano. Nesse caso, a vida humana que cai sob a condição da exceção se torna um verdadeiro homo sacer. É uma vida nua sobre a qual vigora a vontade soberana como lei absoluta e a exceção como norma de sua existência.

Hannah Arendt observou que nos campos emerge com todo vigor o domínio totalitário. A particular es-trutura jurídico-política do campo tende a realizar estavelmente a ex-ceção. Neles a biopolítica atinge o ápice de seu poder de controle so-bre a vida humana, agora mera vida nua. O campo representa uma zona de indistinção entre o externo e in-terno, entre a suspensão da ordem e a ordem soberana, entre o lícito ou ilícito. No campo, a vida humana é captura pela exceção jurídica na forma de uma exclusão inclusiva. Ela é excluída dos direitos fundamen-tais, mas está capturada pela vontade soberana que decretou a exceção e a tornou uma vida nua, um homo sacer. O campo tem um estatuto ju-rídico paradoxal. Aparentemente é um território colocado fora do or-denamento jurídico normal, quando na realidade representa a exteriori-dade interna da ordem que o insti-

tuí a partir da vontade soberana. É uma exterioridade da ordem social, porque a ela não pertence, mas sua existência revela a oculta interioridade do Estado em que continua vigente a vontade soberana como poder decisório sobre a vida humana e garantidora, em último extremo, da ordem que criou. Para Agamben, o campo inaugura um novo paradigma político, reflexo da política moderna em que a vida humana poderá sofrer, dependendo das circunstâncias e necessidades, a suspensão parcial ou total de seus direitos, o que irremediavelmente a colocará numa forma de exceção e conseqüentemente em algum tipo de campo. Uma vez que a política moderna é cada vez mais uma biopolítica, ninguém está a salvo de num dado momento e por uma determinada circunstância cair sob a exceção decretada por uma vontade soberana e tornar-se homo sacer. A potencial possibilidade que todos em algum momento e circunstância de sermos homo sacer, faz Agamben afirmar que vivemos num estado de exceção permanente.

Ainda Agamben se pergunta pela genealogia dos campos. Independente dos debates históricos, é chocante constatar que a existência do campo como figura jurídico-política está presente desde a origem do Estado moderno. Embora Agamben não faça menção, cabe destacar a concomitância que vincula o surgimento das nações modernas com a escravidão como prática de Estado. A senzala é talvez a primeira experiência moderna de campo em que, a partir de uma política de Estado, (des)regulamentada pelas leis dos Estados, a vida humana é reduzida à mais bárbara condição de homo sacer jamais implementada na história. Foram mais de três séculos comercializando seres humanos como política de Estado. As nações modernas levaram ao ápice sua lógica biopolítica de utilizar a vida humana como recurso natural. Mas ainda podemos identificar nas denominadas reservas indígenas criadas no século XVIII pelos EEUU, após a sua independência e para segregar as populações indígenas, o embrião

## “Nos campos de refugiados vigora o direito de cuidar da vida nua, da sobrevivência, mas se nega os direitos políticos das pessoas ali encerradas para agir”

jurídico do que serão a estrutura dos campos durante os séculos seguintes. Os EEUU, que proclamam a sua independência a partir da afirmação do Estado de direito e dos direitos naturais de todos os cidadãos, criaram as reservas como espaços em que não vigoravam os direitos de cidadania nem se aplicava a constituição do Estado. As populações indígenas que viviam nas reservas estavam fora do direito, ainda se alguém (um cidadão norte americano) as matasse ou roubasse, não cometia delito no sentido estrito da lei. Confinadas num espaço geográfico em que o direito estava suspenso, a vida dos indígenas se tornou plenamente vulnerável. A consequência histórica é bem conhecida, o extermínio massivo dos indígenas e a limpeza étnica de um território que pode ser livremente colonizado pelos cidadãos do novo Estado.

Agamben constata que a realidade do campo, como espaço onde a exceção controla a vida humana como norma, não tem cessado de existir ao longo dos tempos e até os momentos atuais. Os espanhóis o utilizaram em Cuba para controlar as populações independentistas, os ingleses em África do sul contra os bôeres. Antes dos *lager* nazistas a república do Weimar tinha criado campos para encerrar os prisioneiros políticos comunistas na Alemanha. França, ainda em 1939, recebeu a avalanche de refugiados espanhóis que fugiam do fascismo de Franco encerrando dezenas de milhares em campos onde lhes era proibido sair, porém onde estavam abandonados já que nem sequer comida sufi-

ciente tinham. Muitos morreram de fome. Quando França decretou a guerra contra Hitler, utilizou os refugiados espanhóis para colocá-los na linha de frente nas primeiras batalhas contra os nazistas. Cerca de 300.00 foram parar em campos nazistas, inclusive foram prisioneiros republicanos espanhóis os primeiros que foram para o campo de Mauthausen marcados com um triângulo azul, obrigados a construir o próprio campo. Mas o campo não deixou nunca de existir como o lado sombrio do Estado-nação. A figuras recentes de Guantánamo, as cáreres secretas da OTAN, os campos clandestinos criados por França na Argélia para expulsar os emigrantes clandestinos, os acampamentos palestinos ou iraquianos, as zonas administrativas em que são confinados todos os emigrantes ilegais capturados sem papeis, são exemplos muito próximos em que a figura do campo se recicla numa espécie de metamorfose onde permanece o essencial de si mesmo: uma zona de exceção em que a vontade soberana prevalece e a vida humana é reduzida a mera vida natural.

A vigência do campo como figura potencial onde todos poderemos cair numa ou outra oportunidade, leva Agamben a sustentar uma afirmação radical: *“O campo, que agora se estabelece firmemente em seu interior é o novo nómos biopolítico do planeta”*.

### LEIA MAIS...

Castor Ruiz já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line:

\* Alteridade, dimensão primeira do sujeito. Revista IHU On-Line, edição 334, de 21-06-2010, disponível em <http://bit.ly/ce9wfa>

\* A exceção jurídica na biopolítica moderna, Revista IHU On-Line, edição 343, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/dk0SvS>

\* Esquecer a violência: uma segunda injustiça às vítimas. Notícias do Dia 17-04-2011, disponível em <http://bit.ly/fKjo2T>

\* “O campo não foi inventado pelos nazistas. Eles só levaram a suas últimas consequências a figura política da exceção”. Notícias do Dia 26-07-2011, disponível em <http://bit.ly/qzaodV>

\* Homo sacer. O poder soberano e a vida nua. Revista IHU On-Line, edição 371, de 29-08-2011, disponível em <http://bit.ly/naBmM8>

# CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

WWW.IHU.UNISINOS.BR

**twitter** | Buscar | Página Inicial | Perfil | Mensagens | Quem Seguir | ihu

O que está acontecendo?

Histórico @Mencões Retweets Buscas Listas

**Conteúdo\_Livre** sergjo  
 RT @cialetras: 50% de desconto em todos os clássicos da Penguin-Companhia! [bit.ly/nb5kN5](http://bit.ly/nb5kN5) (grátis p/ algumas cidades) via @viledesma há 28 segundos

**democracynow** Democracy Now! 🔄 por antounh  
 NYC Criticized For Failing To Evacuate Prisoners at #Rikers Island Ahead of #irene. [@JIMRIDGEWAY](http://ow.ly/6fDCX). há 4 minutos

**Jose Telmo** José Telmo  
 Venha à 4ª edição do TREKinRIO com a presença de Guilherme Briggs! [bit.ly/oEcpCM](http://bit.ly/oEcpCM) há 52 segundos

**gazetadopovo** Gazeta do Povo  
 Para Ipea, terminais não estarão prontos até a Copa [t.co/rFzIC6N](http://t.co/rFzIC6N) há 1 minuto

Seus Tweets **25.946**  
 há 2 minutos : Dados censitários e o Vale do Sinos [bit.ly/p...](http://bit.ly/p...)

Seguindo **516** Seguidores **3.007**

Quem seguir · atualizar · ver todos

- Tecnisa** Tecnisa S.A. · Seguir Promovido
- puc\_sp** PUC-SP · Seguir Seguido por @editoraboitempo e outros.
- observatorioig** Observatório do PIG · Seguir *Observatório do PIG - Uma trincheira para a democr...*

Assuntos do Momento: Brasil · alterar

- #VMA Promovido
- LADY GAGO
- Kate Perry
- HAPPY BIRTHDAY TO THE KING

http://twitter.com/\_ihu

## IHU Repórter

## Nara Eunice Nörnberg

POR THAMIRIS MAGALHÃES | FOTO ARQUIVO PESSOAL

“Eu sou o intervalo entre o que eu gostaria de ser e o que fizeram de mim’. Sou uma pessoa do mundo. Visceral é a palavra certa. Vivo intensamente as minhas emoções, sejam elas boas ou ruins. Se estou feliz, fico muito feliz. Se estou triste, vou viver a tristeza, não a escondo embaixo do tapete, porque eu sei que ela vem depois. Se me dói, eu vivo intensamente aquela dor.” Assim se define a docente que trabalha com formação de professores na Unisinos, Nara Eunice Nörnberg, em entrevista ao IHU Repórter desta semana. Conheça um pouco mais a sua história.

**Quem sou eu** - A epígrafe do meu e-mail é uma frase do Fernando Pessoa: “Eu sou o intervalo entre o que eu gostaria de ser e o que fizeram de mim”. Sou uma pessoa do mundo, porque São Leopoldo não é a minha cidade, é a cidade que estou no momento. Visceral é a palavra certa. Vivo intensamente as minhas emoções, sejam elas boas ou ruins. Se estou feliz, fico muito feliz. Se estou triste, vou viver a tristeza, não a escondo embaixo do tapete, porque eu sei que ela vem depois. Se me dói, eu vivo intensamente aquela dor. Até hoje a única dor que eu não pude viver intensamente foi o falecimento do meu pai, porque eu tinha que ser forte para dar arrimo emocional para a minha família e para a minha avó, já que para ela a perda do filho foi um choque muito grande. Então, essa é uma dor que eu não consegui viver profundamente. Não chorei no velório, tive que segurar, porque tinha também os meus irmãos e uma série de outras coisas. Isso foi muito duro para mim.

**Formação Acadêmica** - Sou professora na Unisinos há mais ou menos seis anos. Trabalho com formação de professores. Ministro aulas para todas as licenciaturas, lecionando as cadeiras de Teorias da Aprendizagem, Planejamento e Organização do Ensino. Essas duas atividades fazem parte do

Programa de Aprendizagem (PA) de formação docente. Nas outras horas de trabalho, sou assessora pedagógica da Unidade de Graduação, trabalhando na assessoria e análise de materiais digitais para os cursos 100% a distância que a unisinos oferece. Iniciei esse trabalho quando a universidade pensou esses cursos. Logo, estive no nascedouro deles e continuo trabalhando com eles. Espero vê-los concluídos, acompanhando depois suas revitalizações. Sou professora também do curso de especialização em Gestão na Escola, onde ministro as cadeiras de Planejamento e Orientação Educacional e A Pesquisa Como Princípio Educativo.

**Dois mães** - Tenho duas mães. Tenho uma adotiva, do coração, que me adotou quando eu tinha 17 anos, e a biológica, que mora em Pelotas-RS. Tenho o privilégio de lecionar com a minha mãe adotiva, a professora Asta, em uma cadeira aqui na Unisinos, uma vez que ela foi minha professora no ensino médio e na graduação. Ela é professora visitante aqui na universidade, no curso de Gestão na Escola.

**Origem** - Meus pais e eu somos naturais de Canguçu, bem ao sul do Rio Grande do Sul. Uma região de colonização bem variada, com alemães, espanhóis, italianos, portugueses, afrodescendentes. Uma região muito



legal, com muita população indígena, por isso o nome Canguçu. Mas eu só nasci lá. Fui criada em Pelotas desde os dois anos de idade. Mudamos para essa cidade devido a uma doença renal que meu avô teve aos 39 anos. Então, viemos para fazer o tratamento dele. Vivi em Pelotas até os 16 anos; foi quando resolvi vir para São Leopoldo a fim de estudar. Morei no seminário Concórdia, como seminarista, onde fiquei três anos e meio. A experiência do seminário também foi fantástica. Meu pai e minha mãe casaram muito cedo. Quando eu nasci, meu pai tinha 18 anos e minha mãe 19. O fato de ter um filho muito jovem, às vezes causa algumas frustrações pessoais que nem sempre são superadas pelo sujeito. Hoje, nós nos damos muito bem. Temos uma relação boa. No momento, moro com meus dois cachorros. Tenho um casal de yorks. Dois companheiros de aventuras.

**Família** - Tenho dois irmãos. Um do primeiro casamento do meu pai, que é o Ulisses, secretário de Cultura de Pelotas, homem de negócios. E o outro, do segundo casamento dele, o Habner, estudante de Direito na Universidade Federal de Pelotas. Meu pai nos definia assim: eu era a primogênita, que gostava de ler, filosofar, refletir, trabalhar com o humano; o Ulisses é um visionário, que acha que qualquer lu-

gar é uma potencialidade para desenvolver um negócio, e o meu irmão caçula ficou como eu: gosta de filosofar, refletir, trabalhar com o humano. No leito de morte do meu pai, assim ele nos definiu.

**Lembrança** - Meu pai faleceu ano passado de um câncer. Foi um choque para mim e ainda estou, aos poucos, me recuperando disso, porque ele sempre foi o meu grande arrimo emocional. Ele foi uma das pessoas mais importantes durante o meu processo de infância, adolescência, durante a minha vida. Ele ia jogar futebol e me levava no colo. Ele era um menino de 18 anos com um filho nos braços. Passei a minha infância muito junto dele.

**Arqueologia** - Na verdade, eu não queria ser professora. Meu sonho era ser arqueóloga. Nessa época, eu morava com meus pais e disse que queria seguir essa profissão. Foi então que meu pai disse: “Mas como você vai ser arqueóloga? De onde a gente vai tirar dinheiro para que você curse essa graduação? Não sei nem onde tem isso. Você tem que gerar um emprego, uma renda e então depois você escolhe o que quer ser”. Venho de uma classe economicamente média baixa. Então, pensei: “O que eu vou fazer?” Na época, frequentava bastante as comunidades de base e acompanhava a juventude luterana, da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Foi quando resolvi, então, fazer Teologia.

**Seminário** - Decidi ir para o seminário porque eu precisava de uma profissão momentânea, inicial. A vida religiosa sempre foi muito atrativa para mim. Acho muito importante pregar os valores cristãos, desenvolver a cristandade. Isso é fundamental. Mas, a princípio, fui para o seminário para trabalhar nos campos missionários da igreja e, com o tempo, poder depois cursar um ensino superior, que era o curso de Arqueologia que eu tinha em mente, idealizado como adolescente. Mas, quando começo a fazer teologia e magistério concomitante a isto, percebo que o material humano é de extrema complexidade e que eu faria muito mais se eu pudesse juntar as duas

coisas: a prática docente enquanto uma atividade profissional e a questão dos valores éticos e cristãos que, na verdade, estão impregnados na minha concepção de mundo e na minha ação enquanto docente. Então, decidi fazer o magistério e pensei que, em vez de ficar vinculada a uma igreja como diácona, tornar isso uma profissão, onde eu pudesse levar esses valores, seria mais atrativo. E foi isso o que eu fiz. Escolhi o curso de Pedagogia e amo a minha profissão.

**Teologia** - Pensei que, ao fazer esse curso, teria uma empregabilidade. Além do mais, gostava muito de trabalhar com as comunidades de base, de fazer todo um trabalho missionário. Então, fiz Teologia. Foi quando saí de casa e vim para São Leopoldo. Fiz o curso no seminário Concórdia e, logo que ingressei, comecei também no magistério. Então, fazia o ensino médio de manhã, a faculdade de Teologia à noite e trabalhava à tarde. Comecei a fazer o magistério e me apaixonei! Em vez de ficar pesquisando “fósseis”, ou fazer pesquisas mais de campo, com materiais, eu resolvi escolher o material humano para trabalhar. Então, fiz Pedagogia e Filosofia. Depois, entrei no mestrado e, posteriormente, doutorado. Na verdade, tenho dois cursos: uma graduação, que é a de Pedagogia - Licenciatura Plena e Orientação Educacional e Teologia. Filosofia não conclui, ficaram faltando uns dois semestres. Depois, fui me dedicar ao mestrado. Prefiro me dedicar a ele em vez de concluir o curso de Filosofia na Universidade Caxias do Sul - UCS.

**Rondônia** - Casei. Tive um divórcio litigioso. Foi quando resolvi ir embora do Rio Grande do Sul. Precisava tomar novos ares. Fui morar em Rondônia. Uma das experiências mais incríveis da minha vida. Morei quatro anos em Ji Paraná. Lá, conclui meu curso de Pedagogia no Instituto Luterano de Ensino Superior da Ulbra. Fui professora de Filosofia e Ensino Religioso durante os quatro anos em que estive lá. Foi uma experiência maravilhosa conviver com um povo que não tem pressa, tranquilo, guerreiro, acolhedor, afetivo e muito constante na alegria. São

peças que, após um dia de trabalho, saem com os amigos, fazem um *happy hour*. Parece-me, pelo menos percebi isso enquanto estive lá, que eles vivem um dia de cada vez. Aqui a gente vive em uma correria muito intensa. De vez em quando eu vou para lá para tomar um banho dessa calma.

**Religião** - Sou luterana. Frequento de vez em quando. Trabalhei na Ulbra de Ji Paraná, em uma escola de ensino médio existente. Então, tenho uma afinidade teológica. Acredito que ter uma crença é importante. Não importa qual a sua crença, você precisa ter uma. A gente não vive sozinho e não vive sem uma crença. Acho que isso é fundamental.

**São Leopoldo** - É a cidade que me vê ir e vir. Casei, fui morar em Caxias, voltei para São Leopoldo. Fui morar em Rondônia, voltei para São Leopoldo. Gosto muito daqui. Tem esse ar de cidade pequena e também tem aquele agito, correria, de cidade grande.

**Vida pessoal** - Sou uma pessoa muito enrolada. Não tenho filhos. Tentei muito engravidar, mas quando vi que isso não era possível resolvi desistir. Acho que abandonei, durante a minha vida, alguns sonhos que eu tinha idealizado. Alguns, por contingência da vida; outros, porque não era o tempo de acontecer ou é preciso ressignificá-los.

**Perdas** - Durante a minha vida, tive muitas perdas emocionais que eu fui tendo que superá-las. Casei, divorciei; que acho que foi salutar. Eu não sei se sou uma pessoa para o casamento porque eu acho difícil amar uma só pessoa.

**Amor** - Acredito que existem vários tipos de amor e amor é sempre amor. Eu entendo esse sentimento assim e é difícil você encontrar pessoas que compartilhem dessa ideia: o amor muda de forma. Muda-se a forma de amar. Eu posso amar uma pessoa sexualmente, espiritualmente, com fraternidade, incondicionalmente; posso ser apaixonada por uma pessoa. Muda a forma, mas o amor é o mesmo. Eu tenho

um amor filial, tenho amor materno. Amor é sempre amor e isso é difícil das pessoas entenderem. Por isso, acredito que não se ama uma só pessoa. E você pode amar muitas pessoas ao mesmo tempo. Sou partidária de que as pessoas vivam seus amores com a maior intensidade possível e com poucas amarras sociais. Penso que quanto mais livre a gente puder ser dentro de uma relação, melhor. Hoje, é preciso que alguém me convença de que é viável a construção de uma relação a dois. Só se eu conseguisse me manter livre, casaria de novo.

**Lazer** - Gosto muito de nadar e de esportes radicais: rapel, voo de asa delta, montanhismo. Já fiz trilha de moto. Tudo o que envolve risco, o que deixa você com bastante medo, está quase desistindo. Adoro esse tipo de coisa.

**Livros** - Sou muito apaixonada pela filosofia existencial. Adoro o existencialismo. Sartre, Nietzsche. Eu li o *Assim falou Zaratustra* quando eu estava no final do ensino fundamental, que encontrei uns pedaços do livro na biblioteca, porque eu estudei em escola pública sempre. E me apaixonei pelo livro. Queria saber mais quem era esse homem que desconstruía tanto a instituição Igreja e que colocava o ser humano como a grande potência de existência. E isso foi muito bom. A filosofia teve muita influência no meu referencial teórico. Embora eu trabalhe com formação de professores, sempre caminho pela Filosofia, principalmente pela existencialista. Kierkegaard com *Diário de um sedutor* também é maravilhoso. Mostra perfeitamente como que a gente consegue seduzir as pessoas. Merleau-Ponty também é uma leitura muito boa, trabalha com sentido e significado. Paulo Freire é um referencial muito forte também para mim. Tem ainda o Maurice Tardif, que é um pesquisador canadense, que fala sobre a forma-

ção dos professores e o trabalho docente. E outro bastante pontual na minha prática docente é o António Nóvoa que, inclusive, foi palestrante esses dias no Congresso Internacional de Educação aqui na Unisinos. Também gosto dos marxistas mais radicais, como, por exemplo, José Corrêa, que é um professor português e marxista enlouquecido. Muito bom lê-lo, ouvi-lo. Gosto de autores cuja sua leitura, o seu discurso, associe-se à sua prática. Eu tenho muita dificuldade de ler autores vivos, que a gente conhece, mas que o seu discurso não está ligado à sua prática. Penso que isso é muito incoerente e ruim para quem trabalha na área docente.

**Filmes** - *Escritores da liberdade; Natureza selvagem*. É difícil eu gostar muito de um filme, mas têm duas séries que me fizeram pensar muito nesses últimos tempos: *Lost*, que é uma série inteligente, que mexe com algumas crenças que você tem; faz repensar algumas atitudes que você está tendo. Gosto de séries que perguntam assim: “O que você está fazendo da sua vida?” “O que os outros estão fazendo com a sua vida?” “Até que ponto você é sujeito da sua vida?” Gosto de filmes e séries que consigam me fazer pensar sobre isso. O outro é o Dr. House, que é fantástico nas questões que aborda nas séries.

**Sonho** - Tantos. Mas um deles eu realizo ao final de cada aula, que é o reconhecimento dos meus alunos. Eu tenho muito orgulho disso. Quando eu digo para os alunos: “Semana que vem vou estar em um evento e vai ter um colega que vai substituir” e eles reclamam. Você ganha o semestre, porque sabe que está fazendo a diferença naquele momento. Um sonho que tenho é o de poder viajar mais. Ficar um tempo fora do país. Conviver com outras culturas.

**Unisinos** - Quando eu era

estudante, era a grande paixão da minha vida. É difícil encontrar algum aluno da Unisinos que não diga que é apaixonado por ela. Acredito que o marco da instituição é este: as pessoas são apaixonadas pela Unisinos. Quando eu passava aqui na frente há uns 20 anos, não me imaginava estudando aqui, muito menos trabalhando. Imaginava-me trabalhando aqui na Unisinos daqui a muitos anos, na minha velhice. Mas as coisas se inverteram na minha vida. Trabalho aqui e me sinto lisonjeada. Acredito que temos profissionais muito competentes, além de um grande reconhecimento. Então, a Unisinos é algo que eu tinha planejado mais lá para frente e veio antes. Nesse sentido, ela é uma agradável surpresa na minha vida. Quando você planeja algo para daqui a uns 30 anos e isso vem 20 anos antes do que se tinha planejado, isso é uma agradável surpresa.

**IHU** - A professora Vera Schmitz foi minha colega no doutorado e, por meio dela, fiquei sabendo de muitas ações do Instituto. Tínhamos bastante acesso às revistas do Humanitas na época que eu fiz doutorado aqui na universidade. A gente recebe também os exemplares da revista na Unidade de Graduação. Aliás, elas estão sempre no balcão atrás da minha mesa. Acompanhei algumas entrevistas, como a do Claudio Elmir, professor do PPG em História, que li na íntegra.

**Meta** - Terminei o doutorado há dois anos e agora estou em busca do pós-doutorado. Não sei parar. Tenho duas grandes fascinações na minha vida: o meu trabalho, que é a sala de aula. Gosto do que eu faço, com quem eu faço e do jeito que eu faço. A outra é estudar. Gosto de estar em meio aos livros, aos desafios, às coisas que me fazem pensar e eu preciso disso. Isso ocupa um espaço significativo na minha vida e me dá muito prazer.

# Destaques

## Ponto de cultura teko arandu

A edição 154 dos **Cadernos IHU Ideias** tem como tema Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS. O artigo foi produzido pelos professores **Neimar Machado de Sousa**, **Antonio Brand** e **José Francisco Sarmiento**, todos da Universidade Católica Dom Bosco de Campo Grande-MS (UCDB), a partir da experiência de inclusão digital indígena, desenvolvida na terra indígena Te'yikue, município de Caarapó-MS. A partir de 30-09-11 o artigo estará disponível no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu), em versão integral, no formato PDF. A publicação pode ser adquirida na Livraria Cultura, no campus da Unisinos, ou através de solicitação à secretaria do IHU, [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br).



## O cristianismo como estilo

Os **Cadernos Teologia Pública** em sua 58ª edição apresentam o texto *As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo* de Christoph Theobald. Ele é teólogo jesuíta, é professor na Faculdade de Teologia do Centro Sèvres, em Paris. É autor, entre outros livros, da importante obra, em dois volumes, *Le christianisme comme style. Une manière de faire de la théologie en postmodernité* (Paris, 2007;

*O cristianismo como estilo. Uma maneira de fazer teologia na pós-modernidade*). Acesse a versão completa do texto a partir de 30-09-11, em formato PDF, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu), em versão integral. A publicação pode ser adquirida na Livraria Cultura, no campus da Unisinos, ou através de solicitação à secretaria do IHU, [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br).



## IHU Ideias debate “vozes da Legalidade”

Nesta quinta-feira, 08-07-2011, o historiador, escritor e jornalista Prof. Dr. **Juremir Machado da Silva**, apresenta seu livro **Vozes da Legalidade: política e imaginário na era do rádio**. A atividade inicia às 17h30min e vai até as 19h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU. Maiores informações em <http://bit.ly/oxFVZB>.

## O legado vivo de Ellacuría

A vida e a obra de Ignacio Ellacuría serão debatidos no IHU Ideias de 15-09-2011 pelo Prof. Dr. **José Mora Galiana**, da Universidade Pablo Olavide, de Sevilha, na Espanha. A atividade inicia às 17h30min e vai até as 19h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU. Maiores informações em <http://bit.ly/oxFVZB>.

Siga o IHU no



([http://twitter.com/\\_ihu](http://twitter.com/_ihu))

E também no



(<http://bit.ly/ihufacebook>)

Apoio:

